

Relatório final da pesquisa quantitativa em cinco comunidades quilombolas de Kalunga, Goiás





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



RELATÓRIO DA PESQUISA QUANTITATIVA EM CINCO COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE GOIAS

O Território: Kalunga

As Comunidades Quilombolas:

Diadema, Ema, Engenho II, Riachão, Ribeirão

Os Municípios:

Cavalcante, Terezina e Monte Alegre

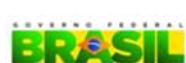
2013



**COPPETEC
FUNDACAO**



**Secretaria Nacional
de Economia
Solidária**



Presidência da República
Dilma Vana Rousseff Linhares

Ministério do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Secretário Nacional de Economia Solidária - SENAES
Paul Israel Singer

Secretário Adjunto
Roberto Marinho Alves da Silva

Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação - DEAD
Valmor Schiochet

Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária DEFES
Manoel Vital de Carvalho Filho

Coordenador-Geral de Promoção e Divulgação - CGDIV
Regilane Fernandes da Silva

Coordenador-Geral de Estudos - CGEST

Coordenador-Geral de Fomento à Economia Solidária CGFES
Ary Moraes Pereira

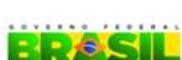
Coordenador-Geral de Comércio Justo e Crédito - CGCOJ
Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça



COPPETEC
FUNDACAO



**Secretaria Nacional
de Economia
Solidária**



A EQUIPE DO PROJETO ETNODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PROGRAMA BRASIL LOCAL DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

EXECUTIVA NACIONAL:

Prof. Sidney Lianza – coordenação geral

Sandra Mayrink Veiga — coordenação executiva, da pesquisa-ação e material de formação

Ronaldo Santos – coordenação executiva e logística

Quener Chaves dos Santos – coordenação executiva

Diogo Alvim – coordenação de PMA

Sandro Rogério do Nascimento – coordenação da gestão

Claudia Aguiar – coordenação de sistematização

ASSESSORIA

Professor Michel Thiolent – assessor metodológico à pesquisa-ação

CONSULTORES

Marina Sidrim Teixeira – sistematização e redação do censo

Luiz Marcelo Carvano – processamento dos dados

ARTICULADORES/COORDENADORES(AS) TERRITORIAIS

Bahia: Diego de Jesus Silva

Espírito Santo: Kátia Santos Penha

Goiás: Eriene Santos Rosa

Maranhão: Francinete (Fran) Pereira da Cruz

Minas Gerais: Sandra Maria da Silva Andrade

Pará: Aldo Corrêa Lima

Pernambuco: Rozeane Mendes

Rio de Janeiro: Sinei Barreiros Martins

Rio Grande do Sul: José Alex Borges Mendes

São Paulo e Paraná: Oriel Rodrigues



Adilson Oliveira Silva; Angélica Souza Pinheiro; Antônio Carlos Andrade Pereira; Cícero Andrade Silva; Claudemir Silveira dos Santos; Clauzeite Souza do Rosário; Cristiano de Jesus Braga; Danúbia Neres Moraes; Dayane Cordeiro Barbosa; Domingas Natalia dos Santos Rosa; Edson Silva Campos; Franciney Oliveira de Jesus; Francisco Edeltrudes Moreira; Geanis Cosme dos Santos; Giuliana do Nascimento Modesto; Iricleide Costa Coelho; Ivonete Alves da Silva Pupo; Jaime Mota Santos; Joana Angélica da Silva; Karina Cordeiro Barbosa; Lisiâne Borges Goulart; Luan Carlos dos Santos Pinto; Luiz Santos Paixão; Maica Tainara Prestes Soares; Nigiane Araújo Alves; Sonia Aparecida Batista de Abreu; Suzivânia Soares da Costa; Tererzinha Aparecida Lopes Paim; Terezinha de Jesus Coelho.

Voluntários no Pará

Juliane Maria Rocha da Silva, Fátima Corrêa da Silva, Risoelcy Mota Pinto, Raicleudson dos Santos Lima, Elen Guimarães dos Santos, Tamara Tereza Coelho dos Santos, Antônio Lages, Marluce Costa Coelho

BOLSISTAS

Camila Correa Felix
Rejane Babo da Silva



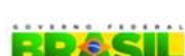
COPPETEC
FUNDACAO



BRASIL LOCAL
DESENVOLVIMENTO E CULTURA SUSTENTÁVEL

**Secretaria Nacional
de Economia
Solidária**

 **Trabalho**
Ministério do Trabalho e Emprego

 **GOVERNO FEDERAL**
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO

Sandra Mayrink Veiga

EQUIPE DE PESQUISA DE CAMPO DO TERRITÓRIO DE GOIÁS

COORDENADORA TERRITORIAL

Eriene Santos Rosa

AGENTES

Dominga Natália Moreira dos Santos Rosa

Francisco Edeltrudes Moreira

Suzivânia Soares da Costa

SISTEMATIZAÇÃO E REDAÇÃO

Sandra Mayrink Veiga

Marina Sidrim Teixeira

PROCESSAMENTO

Luiz Marcelo Carvano

GESTÃO

Sandro Rogério do Nascimento

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL

Sandro Rogério do Nascimento

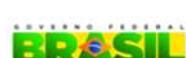
FOTOS

Ale Maciel

José Carlos Soares

M. G de Almeida.

<http://quilombokalunga.org.br/>



Este caderno é o resultado de uma experiência coletiva construída pela equipe de campo do Projeto Brasil Local – Etnodesenvolvimento e Economia Solidária da SENAES/MTE através da Fundação COPPETEC da Universidade Federal do Rio de Janeiro e executado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ junto com a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ que participaram desta iniciativa ao longo de três anos e meio. A todos e todas o nosso agradecimento e apreço.

Esta pesquisa tem como um de seus objetivos publicizar para o poder público o que ele ignora e para a sociedade o que o poder público e a grande mídia omitem.

A Coordenação Executiva

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO

2. INTRODUÇÃO SOBRE A PESQUISA

2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.2 O CENSO

2.3 O LEVANTAMENTO DOS DADOS

2.4 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

3. CONTEÚDO DESTE RELATÓRIO

I. PERFIL DOS MORADORES DOS DOMICÍLIOS

II. ASPECTOS RELATIVOS Á MORADIA

III. ASPECTOS RELATIVOS ÁS COMUNIDADES

Situação do processo de titulação

Atividades econômicas desenvolvidas na comunidade

Condições de vida na comunidade

Avaliação das condições de vida em itens selecionados

Aspectos avaliados como problemáticos

Participação em atividades selecionadas existentes na comunidade

Satisfação com a vida na comunidade

Associações quilombolas: local e nacional

IV. ASPECTOS RELATIVOS A EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Habilidades ou profissões identificadas entre os entrevistados e seus familiares

Negócio próprio

V. ASPECTOS RELATIVOS A ALGUNS HÁBITOS DOS ENTREVISTADOS

Religião professada pelo entrevistado

Recursos acionados pelos entrevistados quando adoecem

Produtos consumidos pelos entrevistados

VI. ASPECTOS RELATIVOS Á IDENTIDADE, Á DISCRIMINAÇÃO E AOS CONFLITOS

Sentimento de pertencimento

Tolerância com a diferença

Relações de vizinhança e conflitos

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

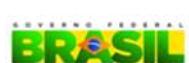




COPPETEC
FUNDACAO



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



1. APRESENTAÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO

“O negro foi o elemento principal que possibilitou a colonização do vasto território goiano. Com seu trabalho nas minas, abarrotava os cofres da Coroa, permitia abastança dos senhores e deitava na terra as sementes da subsistência do homem, implantando a lavoura de subsistência, que mais tarde florescia”. (BAIOCCHI, 1983).

No entanto, os negros, assim como os índios, eram vistos pelos colonizadores e depois pelos grandes senhores do latifúndio como seres desprovidos de humanidade, pois não teriam alma e, portanto, poderiam ser tratados como simples mercadoria. Sem liberdade, muitas vezes açoitados, maltratados, os negros encontraram diferentes formas de resistência diante deste quadro de terror, entre as quais o aborto e o suicídio. As fugas, com as suas diferentes táticas, também representaram grandes movimentos de resistência e deram origem a vários quilombos, dentre outras formas originárias das “terras de pretos”.

Até hoje os quilombolas continuam resistindo e lutando por seus direitos.

No Dicionário do Folclore Brasileiro de Câmara Cascudo, KALUNGA, palavra *bantu*, tem quatorze significados, mas vamos ver como ela foi se modificando desde a África até a vida dos negros aqui no Brasil.

“A gente costuma pensar que as palavras são só os nomes das coisas, mas esquece que elas circulam entre as pessoas. E, conforme vai passando o tempo, as palavras vão ficando carregadas de muitos significados que estão nas ideias das pessoas. Kalunga é uma palavra comum entre muitos povos africanos e foi com eles que ela veio para o Brasil. Era normal por isso que os próprios africanos fossem chamados assim, calungas. Este era apenas outro modo de dizer negros. E como os colonizadores portugueses consideravam todos os negros inferiores, é fácil entender por que a palavra calunga, nome que eles davam aos negros, passou a querer dizer também coisa pequena e insignificante, como o camundongo catita do Nordeste.

Mas, quando se pensa no sentido da palavra kalunga para os próprios africanos, tudo se inverte. Entre os povos chamados congo ou angola, por exemplo, que foram dos primeiros a serem trazidos para o Brasil como escravos, kalunga era uma palavra ligada às suas crenças religiosas. Ela se referia ao mundo dos ancestrais. (...) eles acreditavam que as pessoas



deviam prestar culto aos seus antepassados, porque era deles que vinha a sua força. Para eles, o mundo era representado como uma grande roda cortada ao meio e em cada metade havia uma grande montanha. Numa metade da roda, o pico da montanha ficava virado para cima. Mas na outra metade a montanha estava invertida, de cabeça para baixo.

De um lado da roda, a montanha de cima representava o mundo dos vivos. De outro, a montanha de ponta cabeça representava o mundo dos mortos, terra dos ancestrais. As duas montanhas eram separadas por um grande rio que eles chamavam de kalunga. Por isso, para eles, kalunga era o nome desse lugar de passagem, por onde os homens podiam entrar em contato com a força de seus antepassados.

Já se vê assim que, se os africanos associavam a palavra kalunga à morte e ao mundo dos mortos, era de um jeito muito diferente do nosso. Para nós, hoje em dia, o cemitério, morada dos mortos, é um lugar triste e assustador. Para eles, kalunga era o que tornava uma pessoa ilustre e importante, porque mostrava que ela tinha incorporado em sua vida a força de seus antepassados. Era assim que agiam os reis, que só governavam enquanto eram capazes de manter seu povo unido em torno dessa força comum dos antepassados. Por isso, no cortejo dos reis e rainhas dos Maracatus, sempre foi obrigatória a presença da boneca que chamam calunga. Ela é um símbolo da realeza africana e do poder dos ancestrais.

Mas um dia esses africanos foram aprisionados e trazidos para o Brasil como escravos, atravessando um grande rio, calunga grande, o mar oceano. Então, para eles, a morte passou a ter outro sentido. A morte era um sentimento. O sentimento que os escravos traziam na alma, depois de terem perdido sua liberdade. Por isso eles passaram a chamar de malungos todos aqueles que consideravam como seus irmãos, sobretudo os que tinham vindo juntos da África. Eles eram irmãos porque tinham um mesmo destino. Porque era no mesmo barco, o navio negreiro, que eles tinham feito a travessia do calunga grande. Não era de estranhar que eles aceitassem o nome de calungas que os brancos lhes davam.

No entanto, no quilombo da região da Chapada dos Veadeiros, os antigos escravos africanos encontraram de novo o sentido da força que está na palavra kalunga. Ali, o grande rio Paraná, atravessando todo o território que eles ocupavam, era o que protegia o quilombo do resto do mundo do branco. As terras banhadas por suas águas eram o que permitia a cada um continuar vivo. Ali eles estavam defendidos da morte, que seria certa se tivessem que voltar a ser escravos.

O Paraná podia ser, como na África, o rio que separa a vida e a morte. Por isso, naquele território, a presença de uma plantinha que chamam de calunga torna sagrada a terra onde ela cresce. Uma humilde plantinha que cresce numa terra que nunca seca e por isso é boa para plantar o alimento que sustenta a vida. Por isso também as terras onde a calunga cresce não podem ser de uma só família. São de todas, porque são elas que acodem a todos nos momentos de precisão. Uma humilde plantinha que faz lembrar a necessidade da união e da solidariedade de todos. Ela é a marca da realeza africana sustentada pela força dos ancestrais. Por isso ela é símbolo da dignidade do negro e da grandeza do povo Kalunga".

http://www.odonto.ufg.br/uploads/133/original_Historia do povo Kalunga_MEC.pdf (Acesso em 18 de agosto de 2013)

Uma das versões da gênese do território Kalunga diz que ele foi originalmente formado por descendentes dos escravos que fugiram do cativeiro e organizaram quilombos. Sua origem remonta ao tempo das expedições dos Bandeirantes em busca de ouro. Em 1722, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, juntamente com João Leite da Silva Ortiz, chegaram àquelas terras que iriam ser chamadas de "minas dos Goiases", nome dado em função de um povo indígena que ali vivia. Começava o ciclo do ouro nesta região e com ele a história do povo Kalunga. Os escravos eram trazidos para a mineração e cansados dos maus tratos e da exploração rebelavam-se e fugiam entrando nas matas, cortando as serras, enfrentando um relevo escarpado e muito alto onde formaram o povo Kalunga.

Entretanto, a região também servia de refúgio para diversos povos indígenas fugidos de seus territórios originais após a chegada dos colonizadores. Havia povos de diversas nações, como os Acroá, Capepuxi, Xaciabá, Xavante, Kaiapó, Karajá e Avá-Canoeiro.

A relação entre os negros e os índios começa por uma desconfiança mutua que por vezes se transformou em brigas e lutas e em outras com o passar do tempo evolui para uma curiosidade em saber como o outro vivia, acompanhar de longe as festas e os cultos de cada um, e depois até casamentos entre eles ocorreram, sobretudo com os Avá-Canoeiro.

"Na realidade, a origem e a formação dessa comunidade ainda não estão bem esclarecidas. Acreditamos, todavia, que os Calunga formaram o quilombo com escravos foragidos do nordeste, especialmente da Bahia, de onde eram trazidos em grandes comboios desde o século XVIII e mesmo no século XVII; do trabalho pesado nas minas de ouro em Goiás, de Mato Grosso e de Minas

Gerais; procedendo também das fugas de fazendas goianas e de outros locais do país (...)" (SILVA, 1974: 341)

Provavelmente o mais correto seja que todas as hipóteses de mitos fundacionais procedam e que de fato os diversos agrupamentos Kalunga possam ter se formado de maneiras diferenciadas em tempos distintos. Com o aprofundamento da pesquisa, da investigação documental e das tradições orais sobre os quilombos em Goiás a história será mais bem desvendada.

As comunidades que formam o território Kalunga localizam-se na Chapada dos Veadeiros em Goiás e passaram a ser constituídos oficialmente a partir do Decreto de 20 de novembro de 2009 que afirma no seu Artigo 1º que:

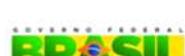
“Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos arts. 5º, inciso XXIV, e 216, § 1º, da Constituição, e 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os imóveis sob domínio válido, abrangidos pelo “Território Quilombola Kalunga”, com área de duzentos e sessenta e um mil, novecentos e noventa e nove hectares, sessenta e nove ares e oitenta e sete centiares, situados nos Municípios de Cavalcante, Terezina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, Estado de Goiás.

A Chapada dos Veadeiros esta localizada no nordeste do estado de Goiás e tem uma área total de 15.267 km2. A Chapada é uma região de cerrado e por conter uma das áreas de maior biodiversidade existentes no Brasil recebeu o título de Reserva da Biosfera Goyaz. Abriga o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que foi reconhecido como Patrimônio Natural Mundial pela UNESCO, e a Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto onde se localiza o ponto mais alto do planalto central com 1.676 metros de altitude e as nascentes mais altas da bacia do Rio Tocantins.

A Chapada nos oferece um cenário impressionante de riqueza e diversidade de flora, com as inigualáveis flores do cerrado e uma enorme quantidade de orquídeas de várias cores e formas e de fauna com uma grande heterogeneidade de animais e pássaros. Há muitas cachoeiras de águas límpidas e uma grande quantidade de rios. O principal rio da região é o Paraná, afluente do rio Tocantins que, após receber as águas do rio Araguaia, deságua no rio Amazonas.

É deslumbrante!

A Chapada dos Veadeiros é um dos pontos do planeta que visto do espaço reflete a luz do sol com maior intensidade por conta das suas formações de quartzo que compõem



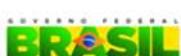
a geologia da região, aliás, a mais antiga do Continente e uma das mais antigas do nosso planeta.

O território Kalunga se localiza no extremo norte do estado de Goiás, fronteira com o estado do Tocantins e se divide por quatro núcleos principais: a região da Contenda e do Vão do Calunga; o Vão de Almas; o Vão do Moleque e o antigo Ribeirão dos Negros, depois rebatizado como Ribeirão dos Bois. E é por esses núcleos que os moradores se identificam quando perguntamos de onde eles são. Porém, falam também que vêm das pequenas localidades que existem nesses lugares maiores, como por exemplo: Riachão, Sucuri, Tinguizal, Saco Grande, Volta do Canto, Olho d'Água, Ema, Taboca, Córrego Fundo, Terra Vermelha, Lagoa, Porcos, Brejão, Fazendinha, Vargem Grande, Engenho, Funil, Capela e mais vários outros nomes.

Essa região ainda permanece conservada e possui uma grande riqueza natural. A professora Mari de Nasaré Baiocchi com seu livro “Kalunga, Povo da Terra” foi uma das primeiras pessoas a pesquisar o território e produzir dados para a abertura do processo para a obtenção do decreto de reconhecimento dos quilombolas e da sua titulação definitiva, processo este que vem ocorrendo a partir das suas lutas através das organizações locais e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ.



Cachoeira Santa Bárbara





Cachoeira Candaru

Os quilombolas contribuíram também muito para a descoberta e exploração da riqueza mineral da capitania de Goiás. Desenvolveram inúmeros saberes sobre a região como podemos verificar no livro *Uma História do Povo Kalunga* em http://www.odonto.ufg.br/uploads/133/original_Historia do povo Kalunga MEC.pdf

“No começo, para continuar a ser livres, os primeiros quilombolas tiveram que aprender a sobreviver na região da Chapada. Por isso precisaram aprender a conhecer a natureza ao seu redor. Eles aprenderam a distinguir no meio do mato as árvores que podiam servir para tirar madeira e fazer ferramentas para cortar uma mesa, um banco, para escavar um pilão. Aprenderam a conhecer aquelas que podiam servir para construir uma embarcação ou uma casa. Do jatobá, do ipê, da aroeira, da sucupira branca, aprenderam a tirar os esteios da casa de pau-a-pique, os barrotes, a viga da cumeeira. Dos galhos finos das árvores do cerrado ou da taboca rachada podiam fazer as varas e as taquaras, que são trançadas, amarradas com cipó e depois recobertas de barro amassado, para formar as paredes de taipa. Das folhas das palmeiras aprenderam a tirar a palha para cobrir a casa. Mais tarde, aprenderam também a reconhecer na barranca dos rios o barro bom para fazer o adobe, porque com os tijolos de barro cru secos no sol podiam tornar mais resistentes suas casas.

Depois, para garantir seu alimento, passaram a observar e a reconhecer o tempo das chuvas e os sinais da seca e das enchentes. Tudo isso era necessário para saber regular o plantio das roças, nas poucas terras férteis à beira dos rios. Precisaram entender que as cheias do Rio Paraná causam grandes inundações, destruindo as casas e os currais, mas também podem trazer benefícios, porque adubam a terra para o plantio. Foi assim que aprenderam a cuidar da roça de mandioca, com que se faz a farinha depois de escorrer no tapiti a massa da raiz ralada. Aprenderam a cuidar do roçado de feijão, de milho, de abóbora, do cultivo do arroz que cresce na vargem, do pomar de frutas, da horta de verduras plantada no terreiro da casa.

E, aprendendo a distinguir as terras boas para o plantio do algodão, puderam fiar o fio com suas fibras, para tecer no tear o pano de suas roupas ou as cobertas de suas camas.

Nas matas, onde a caça era abundante, encontraram carne para o seu sustento, quando faltava a carne do gado que eles mantinham nos pastos e das galinhas criadas na beira da casa. No grande Rio Paraná, nos córregos e ribeirões que são seus afluentes, aprenderam a reconhecer e pegar com vara e tarrafa uma infinidade de peixes. É lá que vivem o piau, o jaú, o pacu, a traíra, o tucunaré, a tilápia, a vista-saia, o curimbatá, a bicuda, a corvina, a piaba, a piabanha, a caboteira, o mandi, o mandibé, o mandi-boi, a papudinha, o taquete. E, ao atravessar os rios, levando gado, aprenderam também a se defender da piranha e do jacaré, que tem ali um criadouro natural.

(...) É claro que muitas dessas coisas aqueles negros quilombolas ou os escravos libertos que chegaram ao território Kalunga já sabiam. Porque era isso o que tinham feito a vida toda, na roça, na mina ou na cidade.

(...) Com o correr do tempo, o povo Kalunga também veio a conhecer a utilidade de muitas plantas. Como a pindoba, com seus cocos que dão água, a tiborna, que serve para se fazer cola, o tingui, para fazer sabão. E aprendeu a conhecer as plantas que servem como remédio. A vassourinha, o mentrasto e a folha de manga, para dor de barriga. A negra-mina, a folha de laranja e o capim-de-cheiro, para a febre a gripe. A sucupira e a folha de limão, para dor de garganta ou, como dizem as crianças Kalunga, para quando se tem um espinho na goela.

A cagaiteira, que corta a gripe. A bananeira, que tem resina para dor de dente e folhas que são boas para os rins e para curar dor de barriga. Ou a resina do jatobá que, batida com ovo, serve para tratar hérnia, ou rendidura, como diz o povo Kalunga.

(...) Esses descendentes de africanos, que respeitavam os seus antepassados, sabiam que a natureza devia ser respeitada, para que seus recursos pudessem ser utilizados pelos seus filhos e netos e os netos dos seus netos. Esse conhecimento até hoje faz parte do modo de vida do povo Kalunga”.

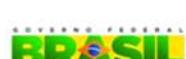
Nas décadas de 60 e 70, junto com os garimpeiros chegou a malária.

“Nem o chá de quina misturado com o pau-pereira tatu que o povo Kalunga sabia preparar, nem a simpatia da benzedeira com tição de fogo para tirar a febre das crianças bastavam para debelar a sezão. A maleita matava mesmo. E não escolhia, não. Velho, adulto, criança, rico ou pobre, todos ela levava. A pessoa deitava hoje, o frio batia nela, ela tremia de bater o queixo. Quando era de manhã, ficava melhor. Mas, no dia seguinte, na mesma hora, parece que a febre vinha mais forte. E assim ela ia matando muita, muita gente”. (idem)

A nova capital federal foi construída em Goiás, no meio do cerrado, em menos de cinco anos. Com a inauguração de Brasília, em 1960, o governo começou um grande programa que pretendia levar o desenvolvimento para o interior do Brasil. Para o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek o progresso da região viria através da expansão das grandes fazendas, a implantação de projetos de mineração, a construção de usinas hidrelétricas, grandes estradas etc.

O impacto das políticas públicas deste período no território Kalunga foi muito grande. Os garimpos começaram a se multiplicar. Naquela terra ainda existia ouro e, como se descobriu então, ela era rica em minérios como a cassiterita, a tantalita, o manganês, o cristal de rocha. Além disso, ali existia muito calcário e brita, que podiam ser usados na construção civil. As madeireiras e as empresas produtoras de carvão foram derrubando as matas nativas em volta da área Kalunga, destruindo tudo e provocando grandes secas no entorno que causaram um dano muito sério para os agricultores da região.

“Em 1983, a entrada dessa gente de fora no território Kalunga era já um transtorno para a população espalhada no município de Monte



Alegre, na Contenda, no Riachão, Sucuri, Saco Grande, Areia, Curral de Taboca ou Tinguizal. E isso era porque os moradores, embora vivessem ali por muito mais de 100 anos, não podiam comprovar que eram donos daquelas terras. Porque ali ninguém tinha qualquer documento de propriedade. Por causa disso, o Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás, IDAGO, que é a atual Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, foi mobilizado. Pediram que eles fizessem a vistoria, medição, demarcação e titulação das glebas dos moradores Kalunga. Esse era um trabalho difícil e demorou todo o ano de 1984 e de 1985 para ser realizado, e ainda assim só em parte. Depois de muita luta, o ponto alto de toda essa mobilização foi a entrega dos títulos de propriedade aos moradores da margem direita do Rio Paranã.

Mas, no ano seguinte (1986), a gente de fora já estava de novo investindo, desta vez no Vão do Moleque, Vão de Almas e Ribeirão dos Bois.

Então, também eles passaram a reivindicar seus direitos e solicitar a regularização dos documentos de propriedade de suas terras. É claro que isso não queria dizer que os conflitos iam parar por aí. Ao contrário, eles até pioraram. Porque, em 1989, os moradores passaram a ser perseguidos de forma brutal pelos fazendeiros. Eles armavam tocaia para matar pais de família indefesos, queimavam casas e expulsavam famílias inteiras de suas moradas, mesmo velhos e crianças. Depois, passaram a soltar manadas de búfalos nas roças, matar a criação e poluir os rios com mercúrio. Tudo para obrigar os moradores do Kalunga a entregar suas terras àquela gente que chegava de fora.

Então, a população do Vão do Moleque, Vão de Almas e Ribeirão dos Bois se viu acuada. Recuaram para a beira dos rios, foram se amontoando em pés de serra e à margem das estradas. Impedidos de plantar, já estavam passando fome, quando a comunidade se mobilizou em busca de ajuda. A denúncia sobre o que estava acontecendo ali foi encaminhada ao governo, pedindo que se tomassem medidas urgentes. Com a intervenção das autoridades, foi possível controlar a violência mais brutal dos fazendeiros. Mas nem por isso o povo Kalunga que havia perdido suas terras conseguiu recuperá-las. Muitos foram tentar a sorte em Cavalcante, Monte Alegre, Terezina de Goiás e mesmo em Alto

Paraíso. Outros se mudaram para outras áreas do Kalunga onde tinham parentes. Mas, com isso, aumentou a população daquelas áreas e tornou mais escassos os recursos que existiam ali, para a sobrevivência de todos". (ibdem)

Hoje a principal atividade económica do povo de Kalunga é a agricultura familiar rudimentar; a criação de aves, suínos e bovinos (leite e carne) com fins de subsistência e o plantio de mandioca para a produção da farinha que além do consumo interno também é comercializada nas cidades vizinhas. As terras são arenosas, sensíveis, com muitos rios, cachoeiras, nascentes, sem um manejo correto erodem rapidamente e o ambiente geral é montanhoso formando diversos vãos, fatores que aliados à falta de equipamentos e assistência técnica adequada trazem uma baixa produtividade.

Às vezes as chamadas "roças ou roçados", onde plantam o feijão, a mandioca, as abóboras e em algumas roças também melancia e banana destinados à subsistência da família são localizadas nas "terras dos outros" porque as melhores terras, nas encostas e vales, são de fazendeiros geralmente de Brasília, São Paulo e Goiânia que quase nem aparecem por lá. Há relatos de quilombolas que dizem que por estas terras melhores distarem muito de suas casas, por vezes levam mais de cinco horas a cavalo, eles acabam ficando na roça durante a semana para ganhar tempo. No período das águas isso ocorre com grande frequência uma vez que os acessos ficam ainda piores nesse período. Este arranjo se dá através de um contrato com o fazendeiro com uma duração entre 3 a 4 anos e pelo qual o quilombola se compromete a entregar 30% de sua produção ao fazendeiro. Ao término do contrato o quilombola devolve a terra que será usada pelo fazendeiro para pastagem e ele segue em frente à procura de outro contrato.



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



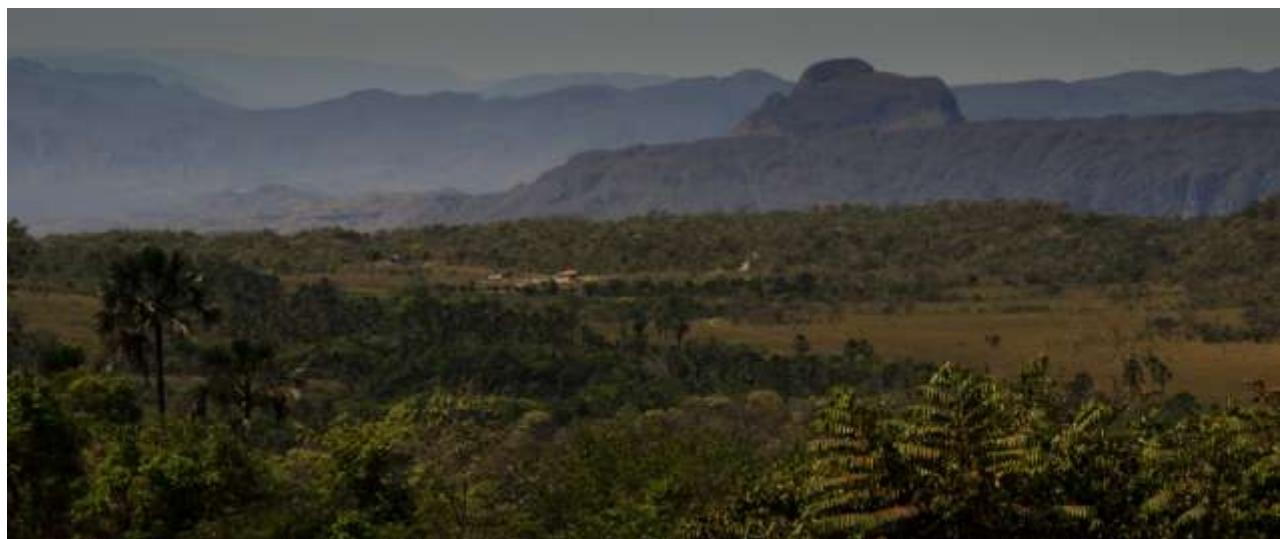


Por vezes, através de uma simples descrição, pode ficar a ideia de isolamento destas comunidades no território Kalunga, gostaríamos de afirmar a mobilidade desses quilombolas que se dá através das migrações que ocorrem entre as comunidades e as relações de trabalho que estabelecem nos pequenos centros urbanos do entorno e nas sedes dos 3 municípios e mesmo com os grandes centros como Brasília e Goiânia. Claro que não se compara à mobilidade que as pessoas têm quando vivem em um grande centro urbano como, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro, em Kalunga a mobilidade é muito mais reduzida e cheia de dificuldade por causa dos acessos precários, porém é só para afirmar que não estão e nunca estiveram totalmente isolados. Basta lembrarmos que viajavam até Belém saindo pelo rio Paraná, pegando o Tocantins até chegar a Belém para levar seus produtos e comprar os que lhes faltavam como panelas, sal etc. Nesta viagem às vezes demoravam um ano para ir e voltar e passavam por imensas dificuldades.

“Dizem que, quando a embarcação saía para ir para Belém, os foliões do Divino vinham especialmente para cantar, invocando o Espírito Santo para proteger os viajantes. As mulheres que tinham parentes que embarcavam, fosse marido, irmão ou filhos, chegavam até a desmaiar, na hora da partida. É que a viagem era mesmo custosa, com muitos perigos”. (Uma História do Povo Kalunga).

Com o passar do tempo começaram a fazer seu comércio em Barreiras, na Bahia e iam com a tropa de burros. As dificuldades eram enormes, mas a viagem era muito mais curta. Nas canastras de couro (as bruacas) levavam farinha, arroz já limpo, feijão, toicinho, carne de gado, a pele de um veado, do caititu, penas da ema, sabão feito em Kalunga e ouro que garimpavam nas beiras dos rios. Vendiam tudo.

Antes de entrarmos na descrição histórica da coordenadora territorial do projeto e do pequeno relato de vida de outra liderança de Kalunga, Maria Geralda de Almeida em seu texto “TERRITÓRIOS DE QUILOMBOLAS: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado”¹ nos apresenta uma descrição interessante que irá contribuir para que os leitores tenham uma melhor visão deste território. E levanta ainda para a nossa reflexão as possíveis ameaças trazidas por projetos que criam diferenças econômicas entre os quilombolas.



¹ Pesquisa desenvolvida com o apoio do Institut de Recherche pour le Développement-IRD (França) e do CNPq- edital universal Ciências Humanas e Sociais, 2009. Pesquisadora do CNPq.

“Há uma prática de se usar da água das chuvas represadas em cavidades no solo denominadas de “grotas” para as mais diversas atividades cotidianas. “O Rio Paraná e o Rio das Almas cruzam o Sítio Histórico Kalunga e com seus vários afluentes servem os vários povoados e facilitam os cultivos.

Cada família, embora herdeira por lei da terra, graças à ascendência com proprietários delimitou terras de uso comum. Transformada em domínio, a família poderia ampliar ou reduzir o seu domínio com os casamentos de primos. A terra, que era restrita a parentes, permanece de uso comum da família, sem dividir, sem delimitar ou cercar.

Nos casos dos roçados esses permanecem sem cercas. Os cercamentos são feitos, sobretudo, no entorno das casas. Mesmo não sendo demarcadas, cada “propriedade”, por exemplo, no Vão do Moleque, tem o seu limite territorial conhecido por cada Kalunga. Quando os Kalunga circulam pelas trilhas, naquele Vão, sabem identificar o proprietário por onde passam, os vizinhos e a origem de cada posse (...). Eles são os “donos da terra”, afirma uma liderança Kalunga, da Fazenda Ema, de Terezina de Goiás.

Nos últimos anos cresceu o número de gado na região. Um projeto da Universidade Federal de Goiás, em parceria com a EMBRAPA, em 2006, distribuiu entre os Kalunga 1000 cabeças de gado curraleiro.

Esse gado, de porte menor, rústico, resiste bem aos terrenos íngremes. Ele era frequente nas terras mais altas do Nordeste Goiano, e, provavelmente, era criado pelos Kalunga. O experimento das 1000 cabeças foi uma tentativa de testar a capacidade de readaptação do animal à região, e de os Kalunga serem criadores dessa espécie para melhoria de renda.

Contudo, o gado curraleiro tem causado estragos nos roçados, até então sem cercas, e provocado alguns conflitos entre os próprios Kalunga. Até então ali era território do domínio do cerrado e dos roçados e, com o gado curraleiro sinalizou-se outros territórios: o território dos que têm o gado, isto é, daqueles que aceitaram serem parceiros da Universidade nesse projeto, e aqueles que não têm gado.

A presença de um bem econômico, associado à possibilidade de ser um bem diferenciado, cria uma fissura entre plantadores de roçado, cuja atividade, até o momento, reinava entre os Kalunga.

Nos lotes das Comunidades destaca-se a casa, cercada geralmente por uma cerca de madeira com arame. Aparentemente frágil, a cerca simbolicamente barra o que a família não aceita: a penetração de animais e de pessoas estranhas ao domínio da intimidade das casas. As poucas plantas, geralmente, verdes - algumas medicinais - conseguem sobreviver com pouco adubo e água. Raras são as casas com hortaliças. Cheiro verde e couve são as mais frequentes. Elas são plantadas em cochos e colocadas em jiraus altos para evitar o ataque de galinhas famintas e animais silvestres.



A criação de gado denota a distinção do poder aquisitivo entre os Kalunga.
Autoria: M.G de Almeida.



Casa sem cercados e com plantas no jirau para proteger contra animais.
Autoria: M. G. de Almeida.

O saber das plantas

Os Kalunga possuem um rico conhecimento tradicional de plantas do cerrado e estas se espalham pelos quintais, pelas áreas em recomposição da vegetação, áreas mais distantes das alagadas e eles as distinguem pelas curas a que se destinam, pela forma de preparo, pelo cuidado em tomá-las. A denominação das plantas, muitas vezes, é feita com nomes que são característicos do local.

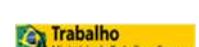
Cabe ressaltar que estes conhecimentos contribuem para um entendimento mais amplo da biodiversidade, como recomenda Escobar (1999). Esta é definida por esse autor como território culturalizado sendo, pois, a biodiversidade, o patrimônio, o território e a sociedade imbricados, revelados no saber-fazer, na produção, na etnobotânica, enfim, nos conhecimentos, saberes e na visão de mundo. Esse é o entendimento adotado na leitura da biodiversidade dos Kalunga. Com esse entendimento, o patrimônio genético é somente um componente do território culturalizado daquele grupo. (...)".

Esse saber sobre as plantas também está registrado na pesquisa apresentada no livro *Uma História do Povo Kalunga* editado pelo Ministério da Cultura - MEC.

“O número de plantas medicinais que eles sabem utilizar é extraordinário. Mesmo as crianças conhecem de cor essas plantas e como devem ser usadas. Assim, podemos aprender com elas que a própria plantinha calunga é um lombrigueiro e a folha chamada mercúrio serve para quando se deu uma topada. A espuma da folha de pacari faz fechar as feridas, folha do algodão e a aroeirinha são anti-inflamatórias e a folha da goiabeira corta disenteria. Mutamba tira dor de cólica e a planta denominada cascavel cura frieira. As folhas da planta que chamam de chapada, machucadas com sal, servem para engordar o gado. E uma planta como a quina tem muitos usos: machucada com pinga ou tomada como chá, é indicada para gripe e inflamação e, é claro, é um poderoso remédio para tratar a sezão, nome antigo da maleita (malária), que os mais velhos ainda usam. Eles dizem que aprenderam a serventia de muitas dessas plantas com os índios, que também ensinaram a usar como remédio bichos como a lagartixa e a formiga carregadeira ou as fezes de muitos animais”.



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária





**DESCRIÇÃO HISTÓRICA SOBRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
ENGENHO II
TERRITÓRIO DOS KALUNGAS, GOIÁS**



ERIENE SANTOS ROSA

“Eu tento passar pra minha comunidade que ninguém que está ali, que nenhum quilombola é descendente de escravo, eles são descendentes de pessoas que vieram da África e que foram escravizadas, pois nossa descendência foi escravizada sim, mas lá na África alguns deles eram reis, rainhas, príncipes”. (Eriene Santos Rosa²)

A COMUNIDADE

Sou Eriene Santos Rosa, sou articuladora do território Kalunga, em Goiás, no Programa Brasil Local, no projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidaria.

Sou da Comunidade Engenho II localizada no município de Cavalcante onde nasci e onde meus avós e meus pais residiam. Sou professora de ensino fundamental e médio e me formei em Goiânia. Sou casada e tenho três filhos.

Em 2006 voltei para a comunidade e consegui uma casa através de um programa de moradia subsidiado pela Caixa Econômica e um trabalho na comunidade no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) dando aula de reforço para os alunos. Atualmente lecionou pelo Estado para alunos do 6º ano ao 3º ano do Ensino Médio.

Minha comunidade é o melhor lugar do mundo! Ela fica no município de Cavalcante a 27 km da cidade no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga que possui 237 mil hectares. Nós temos muita História e belíssimas cachoeiras como a Santa Barbara de cor de água azul, a capivara a menos de 1 km do povoado e a Candaru que tem uma queda de 70 metros. Antes eu não dava valor á minha comunidade e nem me imaginava morando nela, hoje reconheço a diferença entre morar em um lugar tranquilo e em outro tumultuado. A grande dificuldade que enfrentei para retornar á minha comunidade foi o fato de considerar que na comunidade “não tinha nada”, nem mesmo energia elétrica e nem telefone. A energia elétrica só foi chegar à comunidade em 2005, através do Programa do Governo Federal “energia para todos” e até hoje não é tão boa assim, pois é monofásica e alguns eletrodomésticos como geladeiras necessitam de transformador para funcionar. As comunidades vizinhas até hoje não possuem energia elétrica e, da mesma forma como

² É a articuladora do Território Quilombola de Kalunga em Goiás do Programa Brasil Local, Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária.



era na minha comunidade, as comunidades vizinhas utilizam a lamparina com óleo. A gente enfiava um algodão e colocava óleo queimado, colocava diesel e lumiava com lamparina e á assim que essas comunidades fazem até hoje.

A escola na comunidade surgiu através de uma professora, uma mulher de um fazendeiro que dava aula em sua casa para os alunos. Depois quando ela foi embora para a cidade, uma pessoa da comunidade que era neta da tia Joana, uma pessoa bem conhecida, ela morreu com 115 anos a dois anos, ficou dando aula na mesma casa que veio depois a se tornar um coleginho. Hoje é um prédio de três andares que funciona no turno da manhã para os alunos do PETI da rede municipal, e à tarde para os alunos do ensino médio. Engenho II é a primeira comunidade a ter ensino médio completo.

A mobilização em prol de uma escola de ensino médio se deu há três anos. A comunidade se negou a enviar seus filhos para estudar na cidade devido tanto à estrada quanto ao transporte serem muito precários. As lideranças comunitárias, inclusive eu, procuramos a prefeitura e o Estado e iniciamos as petições através da Associação de Moradores.

Faço parte também do grupo Jovens Mulheres Quilombolas do Estado de Goiás e foi por meio desta organização que mobilizamos para reivindicar a escola. As lideranças comunitárias tais como Cirilo, Tia Deusalina, de Cesário, Maria Helena se reuniram com deputados e com senadores de Goiás para encaminhar esta reivindicação. A escola de ensino médio completo foi uma vitória para a comunidade. Inicialmente foi liberado pela Secretaria do Estado de Goiás somente o 1º ano do ensino médio, apesar de ter o prédio e os alunos, a Secretaria afirmou que não tinha como mandar um professor. Nós afirmamos para a comunidade: "gente! nós temos prioridade, pois somos uma comunidade quilombola". Os professores eram de fora da comunidade e se recusavam a morar na comunidade e, por isso, só podiam vir duas vezes na semana. Nesta época a comunidade já possuía profissionais formados na área de educação. A despeito das insistentes solicitações da comunidade em favor das demais séries do ensino médio, a Secretaria do Estado continuou a se recusar a disponibilizar mais um professor.

Como solução eu e mais duas professoras da comunidade nos reunimos e decidimos dar aula para os alunos do ensino médio, na condição de voluntárias, para que os jovens não fossem para a cidade. Hoje são seis professores no colégio: três da comunidade e três de fora da comunidade.

A escola de ensino médio foi construída através de uma parceria com a Travessia que é uma agência de turismo do município de Alto Paraíso, junto com a comunidade e uma ONG internacional. A ONG forneceu o material de construção para a escola e a comunidade, em forma de mutirão, construiu o prédio com três salas e dois banheiros e um posto de saúde. Através de recursos fornecidos pelo Banco Itaú

foi comprada a mobília e os equipamentos do posto. Apesar do benefício alcançado a comunidade já se decepcionou com projetos como o da Caixa Econômica para a construção de casas. A empresa que recebeu o recurso do Governo Federal destinado à mão de obra e material para a construção das casas, na verdade utilizou a mão de obra de mulheres grávidas e a terra, as pedras e a areia da comunidade apesar do recurso ter sido liberado para que a casa fosse entregue pronta.

Meu maior sonho pessoal é fazer uma faculdade em história africana, pois quero continuar na comunidade e fazer algo por ela. Com pouco conhecimento consegui que de seis professores ficasse três da comunidade. Eu acho que ninguém melhor pra poder melhorar nossa comunidade, trazer uma evolução, do que nós mesmos.

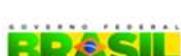
O TERRITÓRIO KALUNGA

O Território Kalunga é composto por três municípios: Cavalcante, Terezina de Goiás e Monte Alegre. Cavalcante tem várias comunidades além de Engenho. No entanto, quando as pessoas daqui mencionam *Kalunga* se referem apenas ao Engenho II. As pessoas não conseguem visualizar que o Território tem suas diferenciações no que diz respeito à infraestrutura. Engenho II tem tudo, é linda e maravilhosa e tem tudo perto: tem energia, tem telefone, tem internet, tem carro, mas as outras comunidades são desvalorizadas, esta é a realidade do Kalunga. Tem comunidades que você vai andar dois dias a cavalo para poder chegar a uma casa.

Segundo meus avós, Engenho se originou de comunidades tais como Vão das Almas e Vão do Moleque. Essas comunidades se formaram devido a busca das famílias por terras para o plantio. As famílias quando crescem se dividem e formam polos familiares conhecidos também como Núcleos Familiares como, por exemplo, o Vão do Moleque, que cresceu e formou um núcleo conhecido por Malhadinha.

O nome Kalunga é de origem Africana contam os mais velhos. Quando os negros vieram da África nos porões dos navios, eles atravessaram o mar e o denominaram de Kalunga. Ao chegarem ao Estado de Goiás, fugiram para montar os quilombos e ao verem o rio Paraná, associaram a extensão do rio a do mar. A outra versão é a existência de uma planta amarela e amarga com esse nome, que curava a febre amarela e a malária.

Atualmente existe um projeto de emancipação de Kalunga e, caso isso ocorra, Engenho será a sede. Em minha opinião isso não será bom, pois atualmente existe um controle de circulação de uma comunidade para outra, hoje é preciso autorização. E a



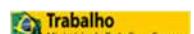
minha maior preocupação é de que com a emancipação venham problemas relacionados às drogas, como ocorre em outras comunidades.

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Ao todo são três Associações: a do Quilombo Kalunga, a Associação do Município de Cavalcante e a Associação Local da qual faço parte. A Associação Local é representada por lideranças desses três municípios e sua direção é composta pelo presidente, o secretário, o tesoureiro e mais doze pessoas de outras comunidades.

Para mim as lideranças comunitárias são aquelas que se organizaram junto às comunidades para a conquista da titulação e empreender o turismo. Cirilo de Santos Rosa, o Zé, o Chico, a tia Deusalina, seu Sandro da Corriola e Cesário são seis pessoas muito conhecidas em Kalunga, e todas as decisões da comunidade passam por estas pessoas. Mas, apesar das lideranças serem muito respeitadas e ouvidas, elas precisam dar oportunidade para os jovens participarem, pois o mundo não é mais o mesmo de dez anos atrás, os jovens precisam conhecer, os professores precisam participar. Pela visão deles uma pessoa nova não pode conhecer ninguém, não pode ter voz na comunidade, não pode sair, não pode passar qualquer coisa para a comunidade, se a gente quiser passar qualquer coisa tem que passar por eles e eu particularmente acho que não deve ser assim. Por isso, eu sempre peço nas reuniões para a CONAQ, porque a ela tem o contato dessas pessoas e a CONAQ mais do que ninguém conhece essas pessoas que são membro da CONAQ, para dizer para elas mudarem de postura, porque a gente não vai saber o que deve fazer se a gente não participa, se a gente não tem informação. Porque elas (as lideranças) são representantes da CONAQ e dentro de uma comunidade que tem 400 pessoas e as pessoas não conheciam a CONAQ! Então eu sempre falo: vamos divulgar, vamos colocar os jovens, os professores para conhecer, para participar e para poder passar informação.

Neste sentido acredito que a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ tenha um papel importante de contato com essas lideranças. Eu vim conhecer de verdade a CONAQ, quando eu entrei neste projeto do Etnodesenvolvimento e Economia Solidária, porque até então eu não sabia o que era CONAQ, bem pelo contrário, até falava mal da CONAQ porque a gente não conhecia e tem muita gente na comunidade que não sabe o que é a CONAQ, mas fala mal. Então, vamos dizer assim, eu estou entrando na CONAQ, estou conhecendo e vejo que é bem diferente do que eu imaginava.



Kalunga ainda está em processo de titulação. Existe ainda a presença de fazendeiros em todas as comunidades, a saída deles se encontra prevista para quando o INCRA pagar a desapropriação. Os conflitos com fazendeiros se deram e continuam ocorrendo. É uma relação cheia de contradições, pois alguns acabam se tornando amigo de pessoas na comunidade, padrinho de filhos dos quilombolas, relação de patrão porque alguns quilombolas trabalham nas fazendas. Atualmente não existe conflito armado, mas já ocorreu. O fazendeiro invadia o terreno das casas dos quilombolas avançando com suas cercas e caso ocorresse alguma reclamação os moradores eram ameaçados com fuzis.

AS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E CULTURAIS

Por enquanto a única possível potencialidade de empreendimento em Vão das Almas é a farinha que é vendida para alguns municípios do em torno. Em Vão do Moleque a potencialidade é voltada para a produção de licores.

Agora, eles produzem para eles mesmos, é uma produção de subsistência: arroz, feijão, muita farinha. Na verdade mais é a farinha que eles vendem nas outras comunidades mesmo e na cidade, na cidade vizinha, de outro Município.

Lá no Vão de Almas tem uma casa de farinha.

No Vão do Moleque tem o pessoal que produz licor. Mas eles não vendem, não têm ainda essa iniciativa, esse conhecimento.

As comunidades agora que estão começando a ver esta possibilidade através do projeto Etno que daí a gente esta indo, conversando, tentando cadastrar, mas onde está o maior problema porque não tem conhecimento é o Vão de Almas que justamente ficou fora do projeto.

Em Engenho II tem 14 kits para produção de hortas orgânicas, só que esses 14 kits do sistema PAIS estão parados, porque não conseguem comercializar. Eles estavam plantando, mas a comunidade não conseguia consumir e estava perdendo tudo.

Também não tem um folder um nada para divulgar a produção e nem transporte para levar para pontos de comercialização. Não tem nada, é só na boca.

Na comunidade do Engenho se desenvolve a produção dos frutos do Cerrado desidratados, de doces, do licor, do artesanato de sementes, de madeira e da argila. Essas produções são vendidas em feiras para os turistas.



No Município de Terezina existem pessoas que trabalham com a argila fazendo a botija, a panela de barro e são produtos que são levados para vender na comunidade do Engenho. Eles possuem uma loja na cidade conhecida como Nega Kalunga, é de uma pessoa que morava na cidade e voltou a morar na comunidade.

Com o Projeto Brasil Local está sendo possível cadastrar alguns empreendimentos, mas em Vão do Moleque que possui um acesso difícil não foi possível fazer o cadastro de nenhuma atividade de produção, mas como disse lá há a produção de licores. Temos também o Baru que esta quase acabando na região e que tem várias utilidades. Dá uma árvore grande, chega a medir 25 metros de altura e tem uma vida longa, parece que alguns chegam aproximadamente a 60 anos de vida e uma árvore pode produzir até 150 kg de fruto por safra.



O baru tem somente uma semente em cada fruto, mas se aproveita tudo: a polpa, o miolo e a semente que é uma amêndoas. Mas têm sido derrubados para a venda da madeira e fabricação de carvão vegetal, moirões, fabricação de móveis etc. para abrir espaço para a expansão agropecuária no cerrado. Ele certamente vai acabar.

Talvez nós devêssemos fazer um projeto sobre o seu manejo. O baru serve para a alimentação humana e animal, tem propriedades medicinais, e serve para a indústria cosmética também. Os artesãos poderiam fazer várias coisas com ele que também serve como combustível e adubação natural.

SABERES TRADICIONAIS E CULTURA

A comunidade de Engenho possui saberes tradicionais, tais como os benzeimentos usados quando alguém se encontra doente, com dor de cabeça, por exemplo. A dança que é conhecida como a Sussa é uma cultura local, dançada pelos mais velhos que realizam algumas apresentações. Quando cheguei de volta à comunidade não sabia a dança e aprendi com a minha tia que tem 76 anos. Na escola repassei para os meus alunos e hoje eles possuem um grupo de Sussa Mirim. As crianças na época que iniciaram o grupo tinham sete, oito anos de idade, hoje estão com dezesseis, dezessete e dezoito anos. É importante ressaltar, que anteriormente as crianças tinham vergonha da tradição e hoje já se apresentam fora do município recebendo ajuda de custo.

As manifestações da cultura tradicional do Engenho podem ser resumidas em parteiras, a Sussa e a folia. Nenhuma destas manifestações se encontra associada a projetos.



Os mais velhos se queixam de que os jovens estão deixando as tradições, a nossa cultura porque alguns até se envergonham de dançar a sussa e muita gente de vinte anos nunca tinha ouvido falar em bole. E os mais velhos têm razão, porque nas festas é grande a concorrência entre as coisas da cidade e as tradições da música e dos divertimentos do Kalunga.

O comércio que antes se via nas festas era fraco, feito quase só por mascates que vinham vender os rojões, os foguetes e um pouco de cachaça. Hoje, esse comércio aumentou. A indispensável pinga da festa pode ser encontrada nas barraquinhas que vão se instalando perto dos ranchos. Mas ali também se vende muita coisa mais. Ali se pode comprar bolacha, refrigerante em lata, em garrafa ou em pó, para dissolver na água, e cerveja que foi resfriada, com gelo trazido não se sabe como ou de onde. E, nas barracas, o radinho e o tocafita de pilhas vão trazendo as novidades, o forró ou a música de uma dupla do Kalunga que anda fazendo sucesso na cidade. Coisa nova para se aprender a cantar e dançar. E são essas novidades que vão atraindo os jovens. Por isso a sussa parece antiquada e eles não se interessam tanto em saber tocar bem a viola ou aprender a improvisar trovas. E praticamente já esqueceram como se pode fazer, com os materiais que têm ali bem à mão, uma bandurra, um velho tipo de viola de cuia e cordas de pêlo do rabo do cavalo.

Só uns poucos, entre os mais velhos, ainda sabem fabricar esse instrumento. E, no entanto, ele encanta as pessoas que chegam de fora, interessada em mandar fazer e comprar, para levar para a cidade...



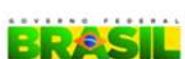
Em volta das barraquinhas do comércio, os copos de plástico vão acumulando uma sujeira inacreditável. São as marcas ruins do progresso e da cidade chegando no território Kalunga.



COPPETEC
FUNDACAO



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



No território a comunidade mais isolada e de difícil acesso é Vão de Almas. O povo de lá é muito arredio, ainda tem muita gente que quando chega pessoas diferentes na comunidade eles se escondem. Eles não têm informação, instrução, conhecimento do que está acontecendo fora dali. Então tem pessoas que quando vê chegando alguém e se você bater na porta e pedir um copo de água eles fecham a porta na cara da pessoa, saem correndo, vão deixar a pessoa entrar na casa. Até o modo de eles falarem é diferente, um jeito bem arcaico mesmo.

Em Vão de Almas e no Vão do Moleque ainda não tem turismo. No entanto as belezas naturais dessas comunidades são inacreditáveis de tão lindas. (Ver os vídeos) O pouco turismo que tem, mas que não gera renda nenhuma, é no Vão de Almas quando fazem a festa tradicional da Romaria no mês de agosto e que vem pessoas de tudo quanto é canto para poder ir para lá. Festejam durante duas semanas lá na comunidade e o que fica é só menina grávida, isso é o que fica, porque resultado financeiro mesmo para a comunidade, não fica nenhum. Mas se alguém chegar, igual a mim, que sou da comunidade do Engenho, para dar palpite na Romaria do Vão de Almas, eles não vão gostar, porque é uma festa para eles, essa festa é deles, eles montam para eles, só que as pessoas acabam indo, pois agora é uma Romaria que é bem conhecida, porque já teve filme, já gravaram e lançaram filme, uma professora, a Mari de Nasaré Baiocchi lançou alguns filmes. Ela era professora, acho que da UNB. Ela fez muita coisa! Dizem que ela descobriu o Kalunga que ela pode tudo no Kalunga.

Ela começou a fazer uma pesquisa sobre o território. Na verdade, eu acho que o quê acabou divulgando o território Kalunga foram as pesquisas das faculdades, dos estudantes fazendo pesquisas dentro das comunidades. Mas nós nos sentimos prejudicados pelas pesquisas muitas vezes, porque eles foram lá, fizeram as pesquisas, tiraram fotos, lançaram um livro, lançaram filme e chegou a ponto dessa professora Mari de Nasaré Baiocchi lançar um filme e uma pessoa da comunidade perguntar para quem ela pedira autorização e ela colocar o segurança do local para tirar a pessoa de lá. Isso não está certo, porque eles estavam colhendo material em cima da comunidade e divulgando, ganhando recurso em cima e a comunidade sem ter retorno nenhum, porque se você sai lá da comunidade com qualquer pesquisa, você tem obrigação de voltar e dar um retorno para a comunidade e isso não aconteceu. Tem que fazer como nós estamos fazendo no projeto do Etnodesenvolvimento e Economia Solidária.

TURISMO³

³ Acesse o www.youtube.com e procure pelo vídeo intitulado Guias Kalungas e veja as maravilhas deste território. Veja também Vão de Almas – Cavalcante e Festa de Nossa Senhora D’Abadia – Kalunga. Realmente o potencial turístico desta região é muito grande, mas ao mesmo tempo, pode representar uma ameaça do mesmo tamanho se as comunidades não se prepararem para administrar esse potencial. (Nota da redação)

O território tem enorme potencial turístico e várias atividades já ocorrem.

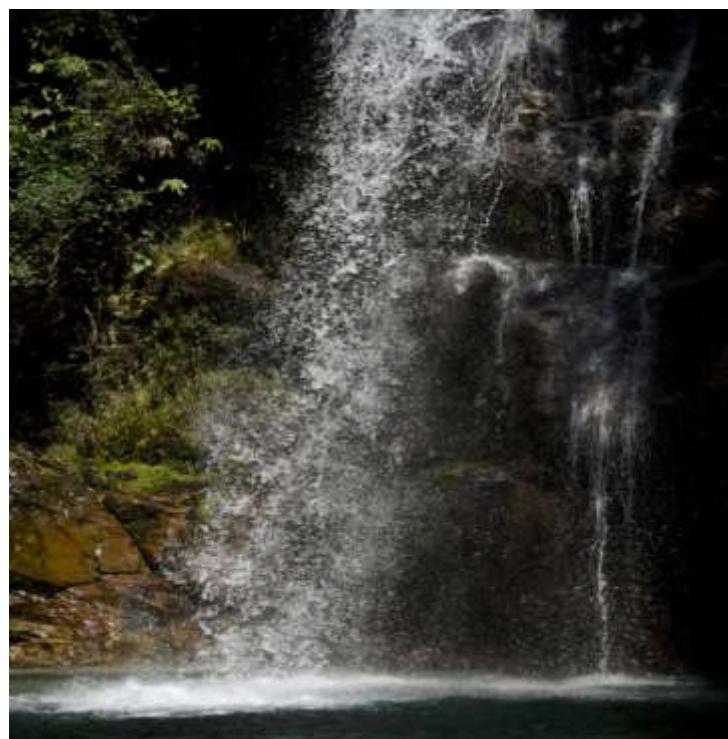
A Romaria é uma festa tradicional, que ocorre de 08 a 15 de agosto, e atraí muitos turistas. As cachoeiras em Santa Bárbara são visitadas por muitos turistas que só podem entrar com um guia, ao todo são 102 guias, condutores de visitantes. Para as pessoas terem acesso às cachoeiras, elas passam pela comunidade e pagam R\$10,00. Os guias da cidade cobram R\$70,00, eles possuem acesso à comunidade, pois ela se encontra localizada na Chapada dos Veadeiros.



A comunidade possui um roteiro: os turistas entram na comunidade passam ou pela casa de Cirilo ou de mais três moradores que prestam esse serviço onde são servidas comidas típicas e as lideranças contam a história da comunidade. O roteiro segue para o rio Capivara que possui uma cachoeira, depois para uma trilha a pé por cerca de 1 hora, em direção à cachoeira de Santa Bárbara. Este local possui objetos históricos, como uma cerca de pedra feita por escravos e o moinho de pedra. Outras comunidades como Vão do

Moleque possuem cachoeiras como a do Prado e a do Funil. Em Engenho, o turista também pode participar da Feira de Candaru. Existe outro ponto turístico que é o poço d'água, ele é cristalino e aquecido, cabem quatro pessoas dentro dele.

Lá tem bastante cachoeiras, se você entrar em qualquer site e colocar Cavalcante... Tem muita, muita gente de fora que vem para pescar, fazer trilha, tomar banho de rio e de cachoeira. Tem a cachoeira Santa Bárbara e muitas outras.

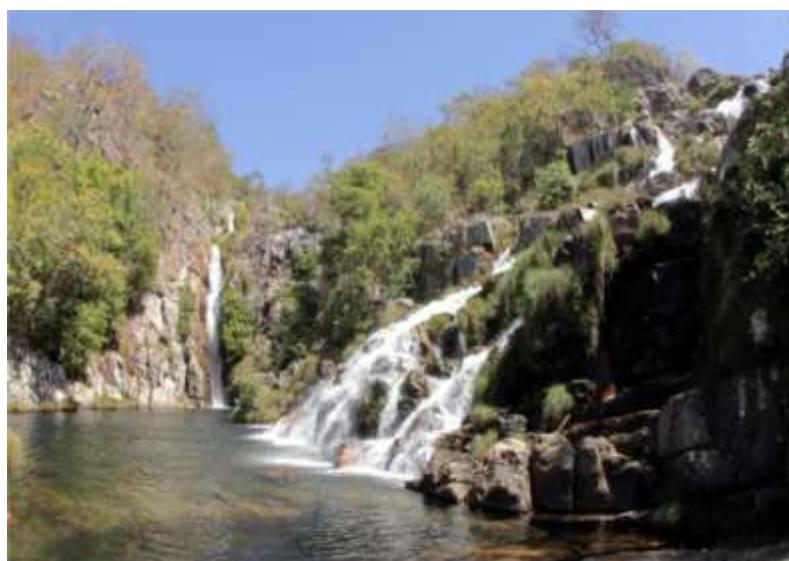


Agora está mais tranquilo, porque tem bastante guia, ninguém entra sem guia, para você entrar na comunidade... São 102 guias turísticos, mais ou menos. Nós dizemos que são condutores de visitantes na verdade. Eles são da comunidade e recebem pelo trabalho deles.

As pessoas de fora para poder entrar na comunidade, pagam R\$10,00 reais por pessoa, porque a partir do momento que elas entram na comunidade, elas estão conhecendo a cultura, estão conhecendo no mínimo, no mínimo três a quatro cachoeiras. Temos vários roteiros para oferecer. Em um dia dá para conhecer duas, não dá mais que isso, porque não é perto e por isso precisa de guia, ele paga esse valor, mas lá ele contrata um guia, além daquele valor de dez reais por pessoa para entrar, o visitante ainda contrata um guia e combina com o guia. Tem uma tabela, pois tem guias que são da cidade, do município, são pessoas de fora que fizeram curso e cobram na faixa de setenta reais.

Então todos esses guias que fizeram o curso têm acesso para entrar na comunidade. Só que se vier um guia que é de qualquer outra cidade que não tá dentro do território da Chapada dos Veadeiros, ele precisa contratar outro guia local, outro condutor de visitante, porque a gente tem acesso a essa lista dos guias.

Os visitantes deixam o carro no Capivara, que é um rio, andam uns 4 kms e vão para Santa Barbara. Para chegar à Santa Barbara eles vão demorar 1 hora mais ou menos, de volta da Santa Bárbara, geralmente, eles vão para Capivara que é outra cachoeira, essa tem quatro quedas. Comumente são esses lugares que eles vão, assim em um dia, porque lá tem tipo uma fazenda, tem um local que não é tão divulgado que tem a cerca de pedra que os escravos fizeram, tem o moinho de pedra, tem várias coisas que são da época dos escravos ainda, tem resto de construção, e tem a Candaru também que é essa feira que ainda é muito visitada. Isso tudo na comunidade de Engenho II.



Cachoeira do Capivara

No Vão do Moleque tem outras cachoeiras: a do Prado, tem a do Funil, tem várias cachoeiras, tem muita cachoeira e lá no Vão do Moleque tem um lugar que agora está sendo bastante divulgado, mas não é tão conhecido ainda, que é um poço que você chega, olha e vê a areia no fundo porque a água é bem transparente. No poço cabem 4 pessoas dentro, não cabe mais que isso, mas a diferença dele é que a água é quente, a água fica borbulhando e quando você entra você afunda, você afunda até um certo ponto e depois a água te puxa para fora, é bem interessante e muito bonito.

RELIGIÃO

A minha comunidade possui uma igreja católica e uma igreja evangélica. A igreja católica pertence à comunidade, a evangélica não, pois Cesário que construiu mora apenas há dezoito anos na comunidade, e a geração passada dos seus familiares não nasceu na comunidade.



Eu cresci ouvindo que era quilombola, especificamente, descendente de escravo. Hoje o que falo para as pessoas é diferente: eu tento passar para minha comunidade que ninguém que está ali, que nenhum quilombola é descendente de escravo, eles são descendentes de pessoas que vieram da África e que foram escravizadas, pois nossa descendência foi escravizada sim, mas na África muitos eram reis, rainhas, príncipes.

Meu sonho para a comunidade é que todos se formem e voltem para ajudar a comunidade. Hoje os que se formaram não estão na comunidade porque não têm trabalho dentro dos quilombos para poderem se sustentar e as suas famílias.



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária





COPPETEC
FUNDACAO



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária

Trabalho
Ministério do Trabalho e Emprego

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

RELATO DE VIDA



ESTHER FERNANDES DE CASTRO⁴

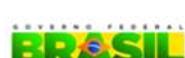
⁴ Foi vereadora Kalunga em Terezina, participa da associação, é uma das lideranças de Kalunga e foi a primeira coordenadora territorial no projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária depois substituída pela Eriene.



COPPETEC
FUNDACAO



**Secretaria Nacional
de Economia
Solidária**





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Meu nome é Esther Fernandes de Castro e sou da comunidade de Ema que é composta por quatro núcleos: Soledade, Limoeiro, Ribeirão e Diadema.

Meus pais se separaram quando eu era ainda pequena e fui criada pela minha mãe e minha avó. Minha mãe era parteira.

Aos sete anos eu trabalhava para as pessoas e até os doze anos eu não havia identificado que era quilombola. Nesta idade fui estudar em Anápolis. Cheguei a sair de Anápolis para estudar e trabalhar em casa de família em Brasília. Mas depois returnei para o quilombo.

As pessoas nesta época não falavam em quilombo, viviam em grupos, pois são famílias. Minha avó contava que a avó dela foi escrava e ela também teve uma vida muito sofrida e que preferia não aprofundar. Ela era rezadeira e parteira da região.

O nosso quilombo tem mais de duzentos anos. A avó se referia sempre a Kalunga e não a quilombo. Foi a partir de 1983, que comecei a ouvir falar de quilombo. Essa discussão iniciou em Monte Alegre, município de Goiás sendo disseminada até chegar a Teresinha e Cavalcanti através de uma Antropóloga conhecida como Mari de Nasaré Baiocchi e pelo Aldo Asevedo⁵. Eles iniciaram a fazer estudos na região relativos à questão da terra. Nesta época os fazendeiros queriam se apropriar da terra. Eles afirmavam: “sou dono e pronto” e mandavam as pessoas sair. Em algumas regiões utilizavam armas, derrubavam casas como foi o caso em Teresinha e Cavalcanti.

Hoje temos uma Associação Quilombo Kalunga que abrange três municípios. Essa associação foi criada justamente para a questão da regularização fundiária. A estrutura da Associação Mãe foi organizada com a ajuda de Aldo Asevedo e Mari de Nasaré Baiocchi. A Associação Mãe inicialmente se chamava Povo da Terra, mas em 1996, passou a ser chamada de Associação Mãe.

Cada município tem a sua associação. Cada Associação é composta por um presidente, um vice, um secretário, um tesoureiro e um Conselho Fiscal.

Com a discussão relativa à questão da terra, em 1983 foram realizadas várias reuniões pela Fundação Palmares apoiada pelo estudo antropológico e, como disse, foi quando ouvi pela primeira vez a palavra quilombo.

Sempre fui católica, procuro manter as tradições dos meus antepassados das folias, uma espécie de “folia de reis”. Essas festas se encontram associadas a Santos tais como: Nossa Senhora da Aparecida, Divino Espírito Santo, São Sebastião.

Em Terezina tem Romarias de cinco dias de festa. A minha comunidade não possui terreiro. Em Ema sabemos fazer rapadura.

⁵ Aldo Asevedo Soares, mestre em Direito Agrário com a tese Cidadania Kalunga que teve como orientadora a professora Mari de Nasaré Baiocchi.

A Escola na minha comunidade é muito precária não possui nem mesmo prédio. Em Cavalcanti os alunos se reúnem na casa de parentes e não possuem nem cadeiras para sentar. Os professores são de fora da comunidade.

Espero que o Projeto Etnodesenvolvimento dê resultados na comunidade e possa fortalecer a CONAQ e a nossa luta pela titulação e desintrusão de nossas terras. São muitos anos de resistência e de luta por nossos direitos.



As lutas de resistência das comunidades do território de KALUNGA

Segundo o site: www.quilombokalunga.org.br



A AQK foi criada em 1999 com a missão de defender e representar o povo Kalunga. Somos uma organização comunitária formada por moradores do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, o maior território quilombo do Brasil, onde moram cerca de duas mil famílias, aproximadamente oito mil pessoas.

Conhecidos também como Associação Mãe, congregamos as comunidades Kalungas dos municípios de Cavalcante, Terezina de Goiás e Monte Alegre; e outras associações menores, como a Associação dos Guias Kalungas de Cavalcante, organizadas em mais de 20 comunidades e 42 localidades, que mantém viva a nossa cultura.

Esta associação é destinada a promover a defesa dos interesses de todos nós, os quilombolas Kalunga, e representar nossa comunidade em todas as instâncias legais e administrativas.

Nossos principais objetivos são:

- *Promover a integração e o convívio social do nosso povo como forma de fortalecimento de nossa cultura;*



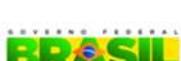
- *Promover, incentivar e fomentar o desenvolvimento econômico e social, por meio de núcleos comunitários ou de associações comunitárias, focando no trabalho agrícola, pecuária e agroextrativismo; na agroecologia e no manejo dos recursos naturais do Cerrado; no artesanato, nas danças e outras manifestações culturais, para a produção sustentável e comercialização de seus produtos;*
- *Participar do planejamento e da execução de programas governamentais que busquem o desenvolvimento socioeconômico de nossas comunidades;*
- *Promover o desenvolvimento de atividades para a conservação e preservação do meio ambiente, ao uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de empreendimentos ecologicamente corretos;*
- *Fiscalizar, apoiar a execução e garantir construções e benfeitorias comunitárias;*
- *Contribuir para a promoção, normatização, organização, fiscalização e realização do comércio de mercadorias, produtos culturais, bens e serviços resultantes do nosso trabalho; e*
- *Realizar a gestão de recursos, para o desenvolvimento dos empreendimentos associativos dos Kalungas, bem como financiamentos, para nossos objetivos sociais.*



COPPETEC
FUNDACAO



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária





Relatório final da pesquisa quantitativa em cinco comunidades quilombolas de Kalunga, Goiás

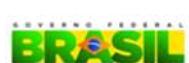




COPPETEC
FUNDACAO



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



O CENSO EM CINCO COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO TERRITÓRIO KALUNGA EM GOIAS



COPPETEC
FUNDACAO



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



INTRODUÇÃO À PESQUISA

1. OBJETIVOS DA PESQUISA

O projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária parte de um esforço que articula o governo federal através da Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE; a academia através da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPETEC da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do SOLTEC – Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Segundo o documento propositivo, o projeto tem como objetivo geral:

“contribuir para o etnodesenvolvimento através do fomento à Economia Solidária e o fortalecimento da organização dos quilombolas nos territórios étnicos econômicos solidários junto com os agentes de desenvolvimento local, por meio de processos de formação dialógicos, da pesquisa-ação e formação de redes e cadeias produtivas e de serviços”.

Entre as diversas metas e atividades previstas para o projeto visando à consecução de seus objetivos, a pesquisa quantitativa, cujos resultados este relatório descreve para o conjunto das 5 comunidades pesquisadas em Goiás, insere-se na meta 4 “pesquisa ação”, estando referida em várias de suas atividades.

2. O CENSO

Foi realizado um censo em 5 territórios quilombolas nos estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão e Pará; cobrindo 41 comunidades.

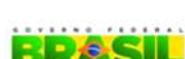
Faz parte deste relatório o censo realizado em 5 comunidades de GOIÁS que fizeram a pesquisa censitária, a saber: Diadema, Ema, Engenho II, Riachão e Ribeirão. Nos municípios de: Monte Alegre, Cavalcante e Terezina de Goiás.



COPPETEC
FUNDACAO



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



3. O LEVANTAMENTO DE DADOS

Para a pesquisa foi especialmente construído um questionário, levando-se em conta estudos e experiências em levantamentos semelhantes e as necessidades específicas do projeto. Este instrumento foi aperfeiçoado a partir de reuniões com os participantes do projeto e com técnicos do SOLTEC e membros da CONAQ.

Um pequeno número de questionários foi aplicado em moradores de quilombos que trabalhariam na equipe de coordenação do trabalho de campo, como pré-teste, possibilitando acertos finais no instrumento de coleta.

O questionário que foi a campo estava dividido em blocos temáticos que constituem os eixos orientadores deste relatório e de seus conteúdos como pode ser visto mais abaixo.

Entre os meses de novembro de 2010 e fim de maio de 2011, incluindo as prorrogações, os entrevistadores selecionados (que eram os agentes de desenvolvimento do projeto), foram formados e devidamente credenciados pelos responsáveis estaduais e realizaram o trabalho de campo.

A pessoa selecionada preferencialmente para responder ao questionário era mulher moradora do domicílio com idade acima de 18 anos. Na impossibilidade de satisfazer esta condição, a entrevista poderia ser feita com uma pessoa do sexo masculino com conhecimento da dinâmica da família em pauta.

4. PROCESSAMENTO E ANALISE DOS DADOS

Todos os dados dos questionários aplicados encontram-se digitados e foram processados em Statistical Package for Social Science (SPSS), possibilitando a obtenção rápida de listagens de frequências, cruzamentos entre diferentes variáveis.

A partir das conclusões contidas neste relatório (que, de forma alguma pretende esgotar as possibilidades de análise dos dados), novos planos de análise sobre alguns aspectos específicos ou que envolvam comparações com outras pesquisas também podem ser desenvolvidos com relativa facilidade. Estas 5 comunidades pesquisadas em Goiás, portanto, se constituem no universo deste relatório que possui um total de 190 **questionários/domicílios e um total de 652 moradores/população.**

Quadro 1

Distribuição do número de domicílios e do número de moradores pesquisados

Estado	Número de Domicílios pesquisados	Número de Moradores nos domicílios pesquisados
GOIÁS	190	652

No censo de Goiás tivemos ainda 27 domicílios fechados (DF), 8 domicílios vagos (DV) e 8 recusas (R), perfazendo um total de 35 domicílios que por conta destas características não forneceram dados a serem computados. A soma de domicílios visitados é de: 225

5. CONTEÚDO DESTE RELATÓRIO

O presente **Relatório Final**, ao mesmo tempo em que constitui um todo, está organizado por eixos temáticos, de acordo com o questionário elaborado, que direcionam a estrutura deste relatório nas seguintes partes:

- 1^a. Parte: Folha de composição dos moradores do domicílio
- 2^a Parte: Questões relativas à comunidade
- 3^a Parte: Questões relativas à moradia
- 4^a Parte: Questões relativas a trabalho e renda
- 5^a Parte: Questões relativas a hábitos de vida
- 6^a Parte: Questões relativas à identidade, discriminação e conflitos
- 7^a Parte: Espaço livre para uma fala final

1^a PARTE: Folha de composição dos moradores do domicílio

Em relação à principal fonte de renda, vemos que 256 pessoas responderam a esta pergunta, das quais 41% declararam que a principal fonte vem de bicos e 32% declararam que sua principal renda advém de programas governamentais. Já em relação à faixa de renda pessoal, 205 pessoas descreveram sua realidade, e vemos que 70,2% declararam que estão vivendo com menos de um (1) salário Mínimo.

Além disso, podemos perceber que em relação à existência de algum tipo de rendimento, 400 pessoas declararam sua situação, das quais 197, ou seja, 49,3% estão vivendo sem nenhum tipo de rendimento monetário. Além disso, podemos ver que 344 pessoas declararam em que tipo de atividades trabalham e a agricultura, como imaginado, ocupa o primeiro lugar com 90,7% das respostas.

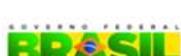
Tivemos 533 declarações sobre trabalho das quais 34,9% dizem não estar trabalhando no período da pesquisa.

Em relação à escolaridade, tivemos 536 declarações e podemos ver que 53,4% estão frequentando a escola, aparentemente um valor bastante razoável de acesso à educação fruto das políticas governamentais nesse campo. Porém, em relação ao grau de estudo, das 491 declarações podemos verificar que 79,6% declararam ter somente o fundamental incompleto. Encontramos somente 19 pessoas, isto é, 3,9% com o ensino médio completo e nenhuma pessoa, zero, com o superior completo.

Em relação à cor/raça, tivemos a declaração de 630 pessoas, das quais 57,0% se declararam pretas, 226 pessoas, isto é, 35,9% declararam que são pardas. E interessante verificar que 2,49% dos respondentes se declararam indígenas ou amarelos.

Quanto ao estado conjugal, tivemos 603 declarações e, coerente com a idade média vigente nas comunidades, 60,5% de solteiros.

Em relação ao sexo, das 651 declarações, 51,8% são homens.



Perfil dos Moradores	UF Goiás	
	N	%
Qual a principal fonte do rendimento	Trabalho	24 11,7
	Bico	107 41,8
	Aposentadoria	39 15,2
	Programa Governamental	82 32,0
	Outras fontes	4 1,6
Faixa de Renda Pessoal	menos de 1 SM	144 70,2
	1 SM	36 17,6
	mais de 1 SM	25 12,2
Teve algum rendimento	Sim	203 50,8
	Não	197 49,3
Em que atividade trabalha	Agricultura	312 90,7
	Pecuária	1 ,3
	Artesanato	0 ,0
	Pesca	0 ,0
	Extrativismo	0 ,0
	Construção Civil	1 ,3
	Outros	30 8,7
Trabalha	Sim	347 65,1
	Não	186 34,9
Qual a última série ou grau concluído com aprovação	Fundamental Incompleto	391 79,6
	Fundamental Completo	29 5,9
	Médio Incompleto	49 10,0
	Médio Completo	19 3,9
	Superior Incompleto	3 ,6
	Superior Completo	0 ,0
Frequenta escola	Sim	332 53,4
	Não	204 32,8
	Nunca frequentou a escola	86 13,8
Estado conjugal	Solteiro(a)	365 60,5
	Casado(a)	53 8,8
	Vive junto	175 29,0
	Viúvo(a)	9 1,5
	Separado(a)	1 ,2
Cor/raça	Branca	30 4,8
	Preta	359 57,0
	Parda	226 35,9
	Amarela	12 1,9
	Indígena	3 ,5
Faixa Etária	Crianças	200 30,7

Adolescentes	119	18,3
Adulto jovem	90	13,8
Adulto	187	28,7
Idoso	56	8,6
Sexo	Homem	337
	Mulher	314
		51,8
		48,2

Ao contrário do que ocorre com a população brasileira como um todo, há uma ligeira predominância masculina entre os quilombolas (51,8% de homens *versus* 48,2% de mulheres). A primazia quantitativa de homens se mantém em todas as faixas etárias, mais ou menos nas mesmas proporções encontradas para o conjunto, dado que questiona a ideia de evasão seletiva de pessoas das comunidades na idade adulta.

2^a PARTE: Questões relativas à comunidade

TITULAÇÃO DA TERRA

Na tabela abaixo, podemos perceber que tivemos 168 respostas. Deste total, 72,0% ainda não têm conhecimento do estágio do processo de titulação. Das que responderam afirmativamente, 83,0% declararam que está em fase de titulação e apenas 2,1% declarou que se encontra titulada.

TITULAÇÃO	UF	
	GOIÁS	
	N	%
Você tem conhecimento do estágio do processo de titulação em que sua comunidade se encontra?	Sim	47
	Não	121
Em qual dos seguintes estágios do processo de titulação a sua comunidade se encontra?	Reconhecimento	5
	Identificação	0
	Delimitação	1
	Demarcação	1
	Em Titulação	39
	Titulado	1

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Quanto às principais atividades econômicas de subsistência nas comunidades, os plantios do arroz, da mandioca, da banana, do milho, do feijão, da cana de açúcar se sobressaem assim como a criação de galinhas e bovinos. Outro plantio interessante, com 180 pessoas envolvidas, é o da pimenta.

ATIVIDADE ECONÔMICA DE SUBSISTÊNCIA		UF	
		GOIÁS	
\$Q3_1 ^a	Mandioca	Count	187
		% within QE_B	1,0
	Feijão	Count	149
		% within QE_B	,8
	Arroz	Count	178
		% within QE_B	,9
	Banana	Count	179
		% within QE_B	1,0
	Milho	Count	186
		% within QE_B	1,0
	Cana-de-açúcar	Count	168
		% within QE_B	,9
	Café	Count	54
		% within QE_B	,3
	Pimenta	Count	180
		% within QE_B	1,0
	Criação de galinhas	Count	180
		% within QE_B	1,0
	Criação de bovinos	Count	138
		% within QE_B	,7
	Criação de cabras	Count	6
		% within QE_B	,0
	Criação de porcos	Count	73
		% within QE_B	,4
Total		Count	188

Já quanto às atividades econômicas de comercialização, nenhuma atividade se sobressaiu nesta pesquisa.



ATIVIDADES ECONÔMICAS COMERCIAIS		UF	GOIAS
\$Q3_2a	Mandioca	Count	1
		% within QE_B	,1
	Feijão	Count	1
		% within QE_B	,1
	Arroz	Count	1
		% within QE_B	,1
	Banana	Count	4
		% within QE_B	,3
	Milho	Count	1
		% within QE_B	,1
	Cana-de-açúcar	Count	3
		% within QE_B	,2
	Café	Count	1
		% within QE_B	,1
	Pimenta	Count	1
		% within QE_B	,1
	Criação de galinhas	Count	3
		% within QE_B	,2
	Criação de bovinos	Count	8
		% within QE_B	,5
	Criação de cabras	Count	3
		% within QE_B	,2
	Criação de porcos	Count	4
		% within QE_B	,3
Total		Count	15

Quanto às atividades extrativistas de subsistência pudemos ver que a extração da lenha, do palmito e a pesca são as principais. Já para comercialização não há nenhuma atividade mais significante.

ATIVIDADES ECONÔMICAS DE EXTRATIVISMO DE SUBSISTÊNCIA			GOIÁS
\$Q4_1ª	Castanha do Pará	Count	0
		% within QE_B	,0
	Açaí	Count	4
		% within QE_B	,0
	Carnaúba/Babaçu	Count	40
		% within QE_B	,2
	Madeira/Lenha	Count	179
		% within QE_B	1,0
	Pesca	Count	108
		% within QE_B	,6
	Minérios	Count	3
		% within QE_B	,0
	Areia do rio	Count	90
		% within QE_B	,5
	Palmito	Count	126
		% within QE_B	,7
Total		Count	184

ATIVIDADES ECONÔMICAS DE EXTRATIVISMO COMERCIAL			UF
			Goiás
\$Q4_2a	Castanha do Pará	Count	0
		% within QE_B	,0
	Açaí	Count	0
		% within QE_B	,0
	Carnaúba/Babaçu	Count	0
		% within QE_B	,0
	Madeira/Linha	Count	0
		% within QE_B	,0
	Pesca	Count	1
		% within QE_B	,2
	Minérios	Count	2
		% within QE_B	,4
	Areia do rio	Count	0
		% within QE_B	,0
	Palmito	Count	2
		% within QE_B	,4
Total		Count	5



OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DE SUBSISTÊNCIA		UF	GOIAS
\$Q5_2ª	Artesanato	Count	41
		% within QE_B	1,0
	Apicultura	Count	0
		% within QE_B	,0
	Piscicultura	Count	0
		% within QE_B	,0
	Manejo agroflorestal	Count	0
		% within QE_B	,0
	Fruticultura	Count	0
		% within QE_B	,0
Total		Count	42

Nas atividades econômicas com fins comerciais pudemos verificar que 67 pessoas se dedicam ao artesanato e 104 à fruticultura.

OUTRAS ATIVIDADES ECONOMICAS COMERCIAIS		UF	Goiás
\$Q5_1ª	Artesanato	Count	67
		% within QE_B	,5
	Apicultura	Count	1
		% within QE_B	,0
	Piscicultura	Count	6
		% within QE_B	,0
	Manejo agroflorestal	Count	14
		% within QE_B	,1
	Fruticultura	Count	104
		% within QE_B	,8
Total		Count	129

CONDIÇÕES DE VIDA

A grande maioria declarou que, quanto às condições de vida, **a falta de oportunidades de trabalho e geração de renda é o ponto mais grave**, seguido da falta de acesso à transporte e lazer.

CONDIÇÕES DE VIDA QUANTO A:		Boa		Regular		Ruim		
UF	Goiás	Segurança	73	,4	98	,5	16	,1
		Educação	74	,4	104	,6	10	,1
		Saúde	42	,2	108	,6	36	,2
		Habitação	110	,6	70	,4	6	,0
		Lazer	45	,2	81	,4	55	,3
		Alimentação	105	,6	76	,4	6	,0
		Oportunidades Trabalho e renda	5	,0	38	,2	145	,8
		Transporte	25	,1	77	,4	83	,4

PRINCIPAIS PROBLEMAS DA COMUNIDADE

As respostas abaixo estão em ordem decrescente e agrupadas por proximidade de intensidade do problema: o desemprego é visto como o maior problema, seguido da falta de titulação das terras. Em seguida vem o lixo e a falta de calçamento das ruas (acessos). Logo em seguida, para 142 dos respondentes, o alcoolismo é visto também como um problema sério. E para 124 a falta de escola de segundo grau é um problema.

Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de ter havido 40 pessoas que declararam haver exploração sexual de crianças e adolescentes; 51 pessoas afirmaram a existência de violência contra a mulher; 37 a violência contra crianças e 51 pessoas estão preocupadas com a incidência de consumo de drogas nas comunidades pesquisadas. Chamamos a atenção, porque estes problemas muitas vezes ficam submersos, mas com este número de pessoas falando a respeito pode ser a ponta de um iceberg que precisa de maior atenção das associações e dos quilombolas de cada comunidade.



PRINCIPAIS PROBLEMAS		GO	Total Geral
		Goiás	
\$Q8_1a	Falta de posto de saúde	Count	129
		% within QE_B	,7
	Falta de Saneamento	Count	139
		% within QE_B	,7
	Falta de calçamento das ruas	Count	168
		% within QE_B	,9
	Segurança	Count	115
		% within QE_B	,6
	Iluminação pública	Count	164
		% within QE_B	,9
	Desemprego	Count	179
		% within QE_B	1,0
	Falta de união entre as comunidades quilombolas	Count	88
		% within QE_B	,5
	Pobreza/ miséria	Count	85
		% within QE_B	,5
	Falta de água	Count	109
		% within QE_B	,6
	Drogas	Count	51
		% within QE_B	,3
	Violência contra a mulher	Count	51
		% within QE_B	,3
	Violência contra crianças	Count	37
		% within QE_B	,2
	Exploração sexual infantil e de adolescentes	Count	40
		% within QE_B	,2
	Transporte precário	Count	153
		% within QE_B	,8
	Alcoolismo	Count	142
		% within QE_B	,8
	Lixo	Count	168
		% within QE_B	,9

Problemas com o meio ambiente	Count	120	1160
	% within QE_B	,6	
Falta de lazer na comunidade	Count	146	1300
	% within QE_B	,8	
Falta de apoio técnico agrícola	Count	151	1500
	% within QE_B	,8	
A terra não estar titulada	Count	176	1467
	% within QE_B	,9	
Nenhuma universidade perto	Count	166	1436
	% within QE_B	,9	
Nenhuma escola de segundo grau perto	Count	124	1179
	% within QE_B	,7	
Nenhuma escola de ensino fundamental perto	Count	121	707
	% within QE_B	,6	
O acesso ao quilombo	Count	162	856
	% within QE_B	,9	
Desrespeito com os mais velhos	Count	51	571
	% within QE_B	,3	
Falta de união entre os moradores	Count	56	632
	% within QE_B	,3	
Total	Count	188	1644

EMPENHO DA COMUNIDADE EM RESOLVER OS PROBLEMAS

Somente 179 pessoas responderam a essa pergunta e, dessas, a grande maioria acha que os moradores se empenham na busca de soluções para melhorar a vida na comunidade.

EMPENHO		Em sua opinião, os moradores da sua comunidade se empenham na busca de soluções para melhorar a vida na comunidade?			
UF	Goiás	Sim		Não	
		N	%	N	%
UF	Goiás	153	14,4	26	6,3

PARTICIPAÇÃO NAS FESTAS E ATIVIDADES DA COMUNIDADE

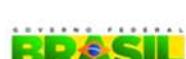
Na totalidade das comunidades pesquisadas, da lista apresentada pelo questionário, 171 pessoas (91,4%) declararam participar das festas religiosas e 162 (86,6%) de cultivo de roça. Enquanto 133 (70,7%) participam de grupo religioso. Declararam participar de grupo de mulheres 100 pessoas, 53,5% dos entrevistados e 72 pessoas (38,5) participam de time de futebol.



COPPETEC
FUNDACAO



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



FESTAS E ATIVIDADES NA COMUNIDADE	UF					
	Goiás					
	Sim		Não		Não tem na comunidade	
	N	%	N	%	N	%
Festas religiosas	171	91,4	15	8,0	1	,5
Jogos	62	33,7	111	60,3	11	6,0
Pescaria	95	50,8	41	21,9	51	27,3
Construção de casas (mutirões)	37	19,9	62	33,3	87	46,8
Grupo de teatro	4	2,1	44	23,5	139	74,3
Bazares	3	1,6	24	12,8	160	85,6
Coral	7	3,8	20	10,8	159	85,5
Grupo de Tamboreiros	19	10,2	28	15,0	140	74,9
Grupo de Jongo	2	1,1	20	10,7	165	88,2
Grupo de Funk	0	,0	18	9,6	169	90,4
Grupo de Samba	0	,0	19	10,2	168	89,8
Grupo de Hip hop	1	,5	19	10,2	167	89,3
Grupo de Capoeira	4	2,1	25	13,4	158	84,5
Time de futebol	72	38,5	72	38,5	43	23,0
Associação de produção (agrícola, artesanato)	27	14,5	58	31,2	101	54,3
Cooperativa	8	4,3	48	25,9	129	69,7
Conselho Comunitário ou outro conselho	45	24,3	43	23,2	97	52,4
Grupo religioso	133	70,7	37	19,7	18	9,6
Grupo de mulheres	100	53,5	61	32,6	26	13,9
Plantio de roça	162	86,6	17	9,1	8	4,3
Cultivo de pomar	12	6,7	22	12,4	144	80,9

LAZER NA COMUNIDADE

65,8% declararam que não há alternativas de lazer na comunidade e 24,1% disseram que faltam áreas de lazer, portanto 89,9% falaram da falta de lazer.

DIFICULDADES QUANTO A LAZER	UF	
	GOIAS	
	N	%
Em sua opinião, qual a PRINCIPAL dificuldade enfrentada pelas pessoas da sua comunidade quando querem desenvolver alguma atividade física ou de lazer?	Falta de áreas de lazer adequadas	123 65,8
	Falta de alternativas de lazer na comunidade	45 24,1
	Falta de tempo	18 9,6
	Outra	1 ,5

Quanto ao lazer listado no questionário, em ordem decrescente de importância: 98,9% desejam aulas de informática; 98,4% gostariam que a comunidade tivesse uma biblioteca; 96,2% gostariam que houvesse aulas de esporte em geral; 95,7% aulas de música e 95,1% aulas relativas a áudio visual.

LISTA DE LAZER DESEJADO PARA DENTRE AS OPÇÕES OFERECIDAS	UF					
	Goiás					
	Sim		Não		Já tem na comunidade	
	N	%	N	%	N	%
Biblioteca	185	98,4	0	,0	3	1,6
Lan house/Internet	138	73,8	8	4,3	41	21,9
Aulas de música	179	95,7	7	3,7	1	,5
Aulas de dança	171	91,9	14	7,5	1	,5
Aulas de capoeira	176	93,6	11	5,9	1	,5
Aulas de informática	186	98,9	1	,5	1	,5
Aulas de esportes em geral	178	96,2	5	2,7	2	1,1
Aulas de áudio visuais	176	95,1	8	4,3	1	,5
Outra	0	,0	0	,0	0	,0



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A VIDA NA COMUNIDADE

Nos dados que falam da satisfação com a vida comunitária, 92,3% afirmam estar satisfeitas ou muito satisfeitas com a vida na comunidade contra 14 pessoas (7,7%) disseram que estão insatisfeitas ou muito insatisfeitas. Avaliamos que a satisfação se dê por conta dos laços comunitários e não pelas condições de vida objetivas.

GRAU DE SATISFAÇÃO COM A VIDA NA COMUNIDADE	UF		
	Goiás		
	N	%	
Como você se sente em relação à vida que leva em sua comunidade?	Muito satisfeito	11	6,0
	Satisfeito	158	86,3
	Insatisfeito	12	6,6
	Muito insatisfeito	2	1,1

SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE MORAORES E A CONAQ

154 pessoas ainda não conhecem a CONAQ nas comunidades pesquisadas em Kalunga, no entanto, 179 afirmam ser importante os quilombolas terem uma representação nacional.

Quanto à Associação de Moradores, 38 disseram que ela é boa, 35 pessoas declararam que avaliam que é regular e 84 declararam que é ruim. Declararam que participam da associação 84 entrevistados enquanto 77 afirmaram que não existe associação e 107 afirmaram que existe. Portanto, podemos afirmar a partir destes dados que as associações destes territórios não têm uma grande representatividade junto aos seus moradores.

ASSOCIAÇÃO MORADORES E CONAQ	UF		
	Goiás		
	N	%	
Como você avalia a atuação da CONAQ na sua comunidade?	Boa	5	4,3
	Regular	14	11,1
	Ruim	3	6,8
Você conhece a CONAQ?	Sim	22	7,4



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Em sua opinião, os quilombolas precisam se organizar numa entidade nacional para lutar pelos seus direitos?	Não	154	12,2
	Sim	179	11,7
	Não	4	9,8
	Indiferente	0	,0
Como você avalia a atuação da Associação de Quilombolas da sua comunidade?	Boa	38	5,6
	Regular	35	8,5
	Ruim	4	9,8
Você participa da associação de quilombolas?	Sim	84	7,3
	Não	23	9,6
Na sua comunidade existe associação de quilombolas?	Sim	107	7,6
	Não	77	41,2

3^a PARTE: Questões relativas à moradia



Casa de Palha na Comunidade Ribeirão

Fonte: ARANTES, M. M. 2010

SITUAÇÃO DOMICILIAR

A quase totalidade das casas, 88,2%, tem iluminação. Nenhum domicilio tem ligação à rede pública de esgoto e águas pluviais.

A existência de banheiro dentro de casa é um relevante indicador de qualidade da habitação e o que encontramos aqui foi que 37,4% (70 casas) não têm banheiro enquanto em outros 45,5% (85 casas) o banheiro é fora de casa.

97,3% dos domicílios queimam o seu lixo. Para 82,2% (153 casas) a água que abastece as casas vem do rio, riacho, lagoa, nascente, cacimba, poço ou barreiro.

Quanto ao material das casas, 57,5% das casas são de alvenaria (tijolo) e 42,5% são de pau a pique.

A maioria das casas tem 2 dormitórios (57,8%), entre 5 a 6 cômodos e moram na casa 5 ou mais pessoas (32,4%). Agora, 93,0 % das casas são próprias.

SITUAÇÃO DOMICILIAR		UF	
		Goiás	
		N	%
Na sua casa tem energia elétrica?	Sim	164	88,2
	Não	22	11,8
O esgoto desse banheiro está ligado a:	Rede de esgoto ou pluvial	0	,0
	Fossa séptica (buraco cimentado)	110	93,2
	Fossa rudimentar (buraco de terra)	5	4,2
	Vala	0	,0
	Rio, lago ou mar	0	,0
	Outro	3	2,5
Nessa casa tem banheiro?	Sim, dentro de casa	32	17,1
	Sim, fora de casa	85	45,5
	Não	70	37,4
O que é feito mais frequentemente com o lixo dessa casa?	É coletado regularmente	0	,0
	É queimado	181	97,3
	É enterrado	4	2,2
	É jogado em terreno baldio	1	,5
	É jogado em vala ou rio	0	,0
	Outro	0	,0
De onde vem a	Rede pública	20	10,8

água utilizada para beber?	Cacimba, poço e barreiro	6	3,2
	Rio, riacho, lagoa e açude	88	47,3
	Olho d'água e nascente	65	34,9
	Água de chuva (cisterna)	4	2,2
	Outro	3	1,6
De que material essa casa foi construída?	Alvenaria (tijolo)	107	57,5
	Madeira	0	,0
	Madeira e barro (adobe/pau-a-pique/taipa/estuque)	79	42,5
	Outro material	0	,0
Cômodos que servem de dormitório	1 dormitório	21	11,2
	2 dormitórios	108	57,8
	3 dormitórios	38	20,3
	4 dormitórios	19	10,2
	5 dormitórios ou mais	1	,5
Número de cômodos	até 2 cômodos	12	6,4
	3 a 4 cômodos	62	33,2
	5 e 6 cômodos	94	50,3
	7 cômodos ou mais	19	10,2
Número de pessoas no domicílio	1 pessoa	27	14,8
	2 pessoas	32	17,6
	3 pessoas	37	20,3
	4 pessoas	27	14,8
	5 pessoas ou mais	59	32,4
Qual é a condição de ocupação dessa casa?	Própria	174	93,0
	Alugada	0	,0
	Cedida	13	7,0
	Outra condição	0	,0

4^a PARTE: Questões relativas a Trabalho e Renda

RENTA

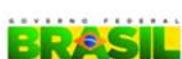
141 pessoas (92,2%) dos respondentes têm uma faixa de renda inferior a um salário mínimo. A faixa de renda domiciliar, ou seja, do conjunto dos seus moradores, em 98 casas (64,1%) é inferior a um salário mínimo.

RENDA/DOMICILIO/PESSOAS		Goiás	
		N	%
Faixa de Renda Domiciliar Per Capta	menos de 1 SM	141	92,2
	1 SM	8	5,2
	mais de 1 SM	4	2,6
Número de pessoas no domicílio que contribui na renda	1 pessoa	49	27,4
	2 pessoas	93	52,0
	3 pessoas ou mais	37	20,7
Faixa de Renda Domiciliar	menos de 1 SM	98	64,1
	1 SM	20	13,1
	mais de 1 SM	35	22,9

MORADORES INSCRITOS EM PROGRAMAS DO GOVERNO

115 pessoas (62,8%) recebem Bolsa Família; 74 (42,0%) recebem Cesta Básica e 47 pessoas (25,7%) recebem BPC (benefício/prestação continuada de idoso ou pessoa com deficiência). Agora, chama atenção o fato de 177 pessoas dentre o universo entrevistado não estarem inscritas no Cadastro Único.

PROGRAMAS SOCIAIS	UF Goiás			
	Sim		Não	
	Count	Row N %	Count	Row N %
PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil)	16	8,8	166	91,2
Bolsa Família	115	62,8	68	37,2
Cesta Básica	74	42,0	102	58,0
BPC (Benefício Prestação Continuada – idoso/pessoa com deficiência)	47	25,7	136	74,3
Agente Jovem	7	3,8	176	96,2
Cadastro Único para programas sociais	3	1,7	177	98,3



BENS

Há uma total ausência de computadores e acesso à internet: 97,9% e 97,8% respectivamente que quando somados estes dados ao fato de que 98,9% não têm telefone fixo e 57,2% não possuem celular, podemos dizer que é uma população praticamente sem comunicação para fora, o que certamente deixa os quilombolas destes territórios com grande déficit de comunicação e acesso à informação.

A posse de bens em ordem decrescente:

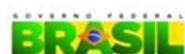
fogão a gás 85,6%; filtro de água 69,5%; geladeira 65,8%; televisão 64,0%; %; telefone celular 42,8%; rádio 26,5%; maquina de lavar ou tanquinho 18,9%; DVD 39,0%; acesso a internet 2,2%; computador 2,1%; vídeo cassete 1,6% e telefone fixo 1,1%.

BENS	UF Goiás			
	Sim		Não	
	N	%	N	%
Rádio	49	26,5	136	73,5
Televisão	119	64,0	67	36,0
Vídeo cassete	3	1,6	183	98,4
DVD	73	39,0	114	61,0
Telefone fixo	2	1,1	185	98,9
Telefone celular	80	42,8	107	57,2
Computador	4	2,1	183	97,9
Acesso a Internet	4	2,2	182	97,8
Geladeira ou Freezer	123	65,8	64	34,2
Máquina de lavar roupa ou tanquinho elétrico	35	18,9	150	81,1
Filtro de água	130	69,5	57	30,5
Fogão a gás	160	85,6	27	14,4

HABILIDADES QUE OS MORADORES POSSUEM

Em ordem decrescente: agricultura; cozinha; costura; construção de pau a pique; doceiro; artesanato; padaria. Estas habilidades são usadas sem fins comerciais.

HABILIDADES	UF	
	Goiás	
	N	%
NÃO COMERCIAL	Agricultor(a)	158
	Artesão(ã)	32
	Artista Plástico	0
	Bombeiro(a)	0
	Cabeleireiro(a)	10
	Carpinteiro(a)	10
	Costureiro(a)	110
	Cozinheiro(a)	154
	Dançarino(a)	44
	Doceiro(a)	76
	Eletricista	11
	Enfermagem/cuidador(a)	62
	Especialista de Pau a pique	82
	Esportista	26
	Informática	8
	Manicura	18
	Marceneiro(a)	5
	Mecânico	3
	Músico(a)/Compositor(a)	8
	Padeiro(a)	71
	Pedreiro(a)	25
	Pintor(a) de paredes	13
	Serralheiro(a)	5
	Especialista em áudio visuais	4
COMERCIAL CASA	Agricultor(a)	23
	Artesão(ã)	6
	Artista Plástico	0
	Bombeiro(a)	0
	Cabeleireiro(a)	3
	Carpinteiro(a)	0
	Costureiro(a)	6
	Cozinheiro(a)	9



Dançarino(a)	1	2,3
Doceiro(a)	2	4,7
Eletricista	1	2,3
Enfermagem/cuidador(a)	2	4,7
Especialista de Pau a pique	5	11,6
Esportista	1	2,3
Informática	1	2,3
Manicura	2	4,7
Marceneiro(a)	1	2,3
Mecânico	0	,0
Músico(a)/Compositor(a)	1	2,3
Padeiro(a)	2	4,7
Pedreiro(a)	7	16,3
Pintor(a) de paredes	8	18,6
Serralheiro(a)	1	2,3
Especialista em áudio visuais	0	,0
COMERCIAL FORA DE CASA		
Agricultor(a)	0	,0
Artesão(ã)	2	33,3
Artista Plástico	0	,0
Bombeiro(a)	0	,0
Cabeleireiro(a)	0	,0
Carpinteiro(a)	0	,0
Costureiro(a)	1	16,7
Cozinheiro(a)	0	,0
Dançarino(a)	0	,0
Doceiro(a)	0	,0
Eletricista	1	16,7
Enfermagem/cuidador(a)	2	33,3
Especialista de Pau a pique	0	,0
Esportista	0	,0
Informática	0	,0
Manicura	0	,0
Marceneiro(a)	0	,0
Mecânico	0	,0
Músico(a)/Compositor(a)	0	,0
Padeiro(a)	1	16,7
Pedreiro(a)	2	33,3
Pintor(a) de paredes	0	,0
Serralheiro(a)	0	,0
Especialista em áudio visuais	0	,0

OPINIÃO SOBRE A VIABILIDADE DO TURISMO NA COMUNIDADE

Muitas pessoas não foram perguntadas a respeito do turismo porque a pergunta acabou ficando um pouco escondida no questionário e os(as) entrevistadores(as) acabaram não vendo e pularam a pergunta. Porém, das 163 pessoas que responderam, a maioria (134 entrevistados) considera que o turismo pode ser uma atividade econômica viável. E de fato é muito viável, mas a que se tomar muitas precauções para que a entrada seja controlada, para que não haja degradação ambiental e cultural etc. Como sempre o turismo pode ser uma atividade que agregue diferentes atividades como a culinária, o artesanato as manifestações culturais e gere renda para a comunidade, mas também pode ser o fim de tudo isto e do próprio meio ambiente que até agora esta muito bem cuidado pelos quilombolas de Kalunga.

TURISMO	Em sua opinião o turismo se constitui em uma atividade econômica possível na sua comunidade?			
	Sim		Não	
	N	%	N	%
UF Goiás	134	19,6	29	4,9

QUANTO AOS EMPREENDIMENTOS QUE OS MORADORES POSSUEM

11 pessoas têm empreendimento próprio. E, dessas que possuem empreendimento, todas gostariam de ampliar o seu negócio. Já 154 declararam que gostariam de abrir um empreendimento e 48,2% avaliam que precisariam mais de R\$10.000,00 para abrir ou expandir o empreendimento.

EMPREENDIMENTO		Sim		Não	
		Count	%	Count	%
UF	Goiás	Você tem empreendimento próprio?			
		11	5,9	176	94,1

EMPREENDIMENTO		UF	
		Goiás	
Se tivesse possibilidade, gostaria de abrir/expandir seu próprio empreendimento?	Sim: abrir	Count	Column N %
	Sim: expandir	11	5,9
	Não	23	12,2

EMPREENDIMENTO		UF		
		Goiás		
Poupança própria	Sim	Não		
	N	%	N	%
Poupança própria	8	88,9	1	11,1
Herança	0	,0	5	100,0
Crédito bancário	2	40,0	3	60,0
Rescisão de contrato	0	,0	5	100,0
Empréstimo de parentes/amigos	1	20,0	4	80,0
Auxílio/financiamento governamental	1	20,0	4	80,0
FGTS	0	,0	5	100,0
Outra	0	,0	0	,0



EMPREENDIMENTO		UF		
		Goiás		
RND_NEGOC_CAT		Count	Column N %	
		até 5000	20 14,6	
		5001 a 9999	10 7,3	
		10.000	41 29,9	
		mais de 10.000	66 48,2	

5^a Parte: Questões relativas a Hábitos de Vida e Crenças

DOENÇA

Perguntadas sobre o que fazem quando adoecem, 178 pessoas (94,7%) responderam que vão ao Posto de Saúde, mas 180 (95,7%) entrevistados disseram que tomam remédios caseiros (chás, ervas, poções) e 148 (79,1%) declararam que procuram rezadeira o que chama a atenção para um patrimônio coletivo importante do saber sobre as propriedades das ervas e das benzedeiras/rezadeiras.

DOENÇA	UF			
	Goiás			
	Sim	Não	N	%
Vai ao Posto de Saúde	178	94,7	10	5,3
Altera a alimentação	86	45,7	102	54,3
Toma remédio farmacêutico por conta própria ou se automedica	103	54,8	85	45,2
Toma remédios caseiros (chás, ervas, poções)	180	95,7	8	4,3
Procura rezadeira/benzedeira/ curandeiro(a)	148	79,1	39	20,9
Outro	0	,0	0	,0

RELIGIÃO

165 entrevistados (88,7%) se declararam católicos enquanto, e, contrariando qualquer expectativa nossa, 0%, ou seja, ninguém se declarou da Umbanda ou do Candomblé.

RELIGIÃO	UF			
	Goiás			
	Sim		Não	
	Count	%	Count	%
Católica	165	88,7	21	11,3
Evangélica	21	11,4	164	88,6
Cardecista/ espírita	1	,5	184	99,5
Umbanda	0	,0	185	100,0
Candomblé	0	,0	185	100,0
Outro	1	100,0	0	,0

CONSUMO DOS MORADORES

Quanto aos produtos mais consumidos diariamente nas comunidades o censo nos mostra que o arroz com 92,3% vem em primeiro lugar, seguido pelo feijão com 79,2%. Em terceiro lugar a farinha de mandioca com 73,8% seguida pelo café com 41,5% e frutas com 39,2%. Da alimentação dos kalungas também constam: carne de vaca, carne de porco, ovos, banha, aipim, leite, verduras, queijo, rapadura e frutas.

A intenção da pesquisa ao listar tantos produtos e aferir o consumo dentro da comunidade e a compra fora da comunidade dos produtos e de sua frequência foi de justamente poder ter dados para verificar esta possibilidade de montagem de novos empreendimentos de economia solidária dentro das comunidades quilombolas, esta foi a finalidade desta parte da pesquisa.



CONSUMO		UF	
		Goiás	
		Count	Column N %
COMUNIDADE TODOS OS DIAS	Pão Francês/de sal/cacete	1	,8
	Outro tipo de pão	13	10,0
	Cará ou Aipim	9	6,9
	Biscoito maisena ou outro	8	6,2
	logurte	8	6,2
	Leite	47	36,2
	Queijos	28	21,5
	Manteiga	30	23,1
	Banha	46	35,4
	Ovos	50	38,5
	Feijão	103	79,2
	Arroz	120	92,3
	Batata Doce	19	14,6
	Fubá	31	23,8
	Farinha de mandioca	70	53,8
	Chocolates ou balas	0	,0
	Café	54	41,5
	Frutas	51	39,2
	Legumes	40	30,8
	Verduras	48	36,9
	Peixe	29	22,3
	Frango	28	21,5
	Carne de porco	12	9,2
	Carne de vaca	35	26,9
	Sucos de frutas	38	29,2
COMUNIDADE 1 VEZ	Geléias/Doces caseiros	6	4,6
	Ração animal comprada	5	3,8
	Fertilizantes	18	13,8
	Pesticida/Herbicida	0	,0
COMUNIDADE 1 VEZ	Detergente	33	25,4
	Pão Francês/de sal/cacete	10	5,5
	Outro tipo de pão	128	70,3
	Cará ou Aipim	147	80,8

Biscoito maisena ou outro	94	51,6
logurte	25	13,7
Leite	101	55,5
Queijos	89	48,9
Manteiga	58	31,9
Banha	86	47,3
Ovos	121	66,5
Feijão	52	28,6
Arroz	52	28,6
Batata Doce	82	45,1
Fubá	71	39,0
Farinha de mandioca	113	62,1
Chocolates ou balas	11	6,0
Café	47	25,8
Frutas	77	42,3
Legumes	72	39,6
Verduras	65	35,7
Peixe	119	65,4
Frango	140	76,9
Carne de porco	85	46,7
Carne de vaca	124	68,1
Sucos de frutas	93	51,1
Geléias/Doces caseiros	79	43,4
Ração animal comprada	22	12,1
Fertilizantes	32	17,6
Pesticida/Herbicida	12	6,6
Detergente	44	24,2
NAO CONSUME		
Pão Francês/de sal/cacete	125	72,7
Outro tipo de pão	16	9,3
Cará ou Aipim	17	9,9
Biscoito maisena ou outro	18	10,5
logurte	79	45,9
Leite	11	6,4
Queijos	37	21,5
Manteiga	20	11,6
Banha	27	15,7
Ovos	9	5,2
Feijão	0	,0

Arroz	0	,0
Batata Doce	42	24,4
Fubá	17	9,9
Farinha de mandioca	2	1,2
Chocolates ou balas	87	50,6
Café	10	5,8
Frutas	2	1,2
Legumes	6	3,5
Verduras	3	1,7
Peixe	9	5,2
Frango	7	4,1
Carne de porco	67	39,0
Carne de vaca	3	1,7
Sucos de frutas	15	8,7
Geléias/Doces caseiros	61	35,5
Ração animal comprada	87	50,6
Fertilizantes	92	53,5
Pesticida/Herbicida	125	72,7
Detergente	12	7,0
CONSUMO		UF
		Goiás
		Count %
FORA TODOS OS DIAS	Pão Francês/de sal/cacete	2 2,4
	Outro tipo de pão	1 1,2
	logurte	0 ,0
	Leite	1 1,2
	Queijos	0 ,0
	Manteiga	4 4,8
	Banha	3 3,6
	Ovos	2 2,4
	Feijão	29 34,5
	Arroz	12 14,3
	Batata Doce	8 9,5
	Fubá	2 2,4

Farinha de mandioca	1	1,2	
Chocolates ou balas	3	3,6	
Café	55	65,5	
Frutas	2	2,4	
Legumes	3	3,6	
Verduras	3	3,6	
Peixe	2	2,4	
Frango	1	1,2	
Carne de porco	1	1,2	
Carne de vaca	4	4,8	
Sucos de frutas	4	4,8	
Geléias/Doces caseiros	2	2,4	
Ração animal comprada	1	1,2	
Fertilizantes	2	2,4	
Pesticida/Herbicida	2	2,4	
Detergente	28	33,3	
FORA TODOS 1 VEZ	Pão Francês/de sal/cacete	49	27,7
	Outro tipo de pão	28	15,8
	Cará ou Aipim	13	7,3
	Biscoito maisena ou outro	60	33,9
	logurte	74	41,8
	Leite	27	15,3
	Queijos	33	18,6
	Manteiga	73	41,2
	Banha	25	14,1
	Ovos	4	2,3
	Feijão	3	1,7
	Arroz	3	1,7
	Batata Doce	32	18,1
	Fubá	66	37,3
	Farinha de mandioca	1	,6
	Chocolates ou balas	85	48,0
	Café	18	10,2
	Frutas	54	30,5
	Legumes	65	36,7
	Verduras	68	38,4

Peixe	28	15,8
Frango	10	5,6
Carne de porco	20	11,3
Carne de vaca	17	9,6
Sucos de frutas	36	20,3
Geléias/Doces caseiros	39	22,0
Raçao animal comprada	71	40,1
Fertilizantes	41	23,2
Pesticida/Herbicida	47	26,6
Detergente	67	37,9

6^a PARTE: Questões relativas à Identidade, Discriminação e Conflitos

AVALIAÇÃO

VOCÊ JÁ SE SENTIU AMEAÇADO	UF		
	Goiás		Count
	Sim	Não	
Pelos latifundiários	81	51,6	76
Pelos empresários de agro negócio	29	20,0	116
Pelos especuladores imobiliários	35	23,6	113
Pelos grandes empresários multinacionais	88	58,7	62
Pelas forças armadas	7	4,5	147
Pelos representantes da justiça	10	6,4	146

51,6% avaliam que se sentem ameaçados pelos latifundiários e 58,7% dos entrevistados se sentem ameaçados pelos grandes empresários multinacionais.

A avaliação sobre a relação com os proprietários de terras vizinhas é considerada ruim por 58,1 dos entrevistados sobre este quesito.



AVALIAÇÃO	UF Goiás		
	Count	Column N %	Count
	Count	Column N %	Count
Como você avalia a relação da sua comunidade com os proprietários de terras vizinhas às da comunidade?	Boa	25	14,0
	Regular	50	27,9
	Ruim	104	58,1
Em sua opinião, os moradores da sua comunidade são bem recebidos em outras comunidades (não quilombolas) vizinhas?	Sim	156	94,0
	Não	10	6,0
Em sua opinião, os moradores da sua comunidade são bem recebidos em outras comunidades quilombolas?	Sim	180	100,0
	Não	0	,0
Como você avalia o seu grau de respeito/tolerância com pessoas que praticam uma religião diferente da sua?	Total	65	34,8
	Grande	117	62,6
	Indiferente	2	1,1
	Pequeno	3	1,6
	Nenhum	0	,0
Você já se sentiu mal tratado ou humilhado por ser quilombola?	Sim	65	35,7
	Não	117	64,3
Você se considera um quilombola?	Sim	184	97,9
	Não	4	2,1

35,7% já se sentiram humilhados ou mal tratados. 97,9% se declararam quilombolas, sendo este último dado fruto do auto reconhecimento que vem sendo trabalhado pelo movimento quilombola que luta pelos direitos quilombolas inscritos na Constituição Federal do Brasil.

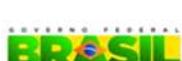


CONCLUSÃO

“Como organização do espaço, pode-se dizer que o território Kalunga responde, em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas dos quilombolas e, por isso, a produção desse território está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Porém, como qualquer outro território, sua função não se reduz a esta dimensão instrumental: ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo”.

M. G. de Almeida

Como vimos, Goiás foi o primeiro Estado brasileiro a colocar em prática o dispositivo da Constituição (parágrafo 5º do artigo 21), que determina o tombamento de sítios *detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos* e a partir de 1991, o território Kalunga foi caracterizado como "Patrimônio Cultural e Sítio de Valor Histórico". A Fundação Cultural Palmares pela Lei 4.887, de 20 de novembro de 2003, emitiu o Título Reconhecimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo de



Kalunga. Em 2009, em 20 de novembro, dedicado ao dia nacional da Consciência Negra, foram assinados pelo presidente Lula, 30 decretos de regularização de territórios quilombolas, num total de 335 mil hectares de terra, distribuídos em 14 estados. Destes, 261,999 hectares e 69 ares, foram para os Kalunga, com o nome oficial de “Território Quilombola Kalunga”. Esse foi o primeiro passo para declarar as áreas ocupadas, de interesse social. Com isso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA pode avaliar os imóveis que, após a indenização dos proprietários, devem passar para as comunidades, assegurando o direito à terra, previsto na Constituição.

No entanto, também como vimos nos relatórios dos outros territórios que fizeram parte da pesquisa dentro da abrangência do projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária, o que ocorre na realidade é a ameaça de perda da identidade junto com a perda de áreas de seu território. Para os quilombolas seu território sempre foi percebido como mais do que um recurso natural de suporte da vida social, ele é entendido como um recurso sociocultural, ele lhes dá identidade.

“A UNESCO (2000, p.7)⁶ já definiu o patrimônio como “o conjunto de elementos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, que são herdados do passado ou criados recentemente”. Por meio desses elementos, os grupos sociais reconhecem sua identidade e, uma vez assumidos, materializados, são no presente, transmitidos às gerações futuras. Os Kalunga são detentores de bens que são suas “extensões morais”. Eles reconhecem a herança cultural e o local de vivência com suas características naturais, como definidores de seu grupo social e de sua identidade territorial.

O território convém esclarecer, constitui um significante e um significado, pois este seria, segundo Giménez (2000, p.94) ‘(...) um meio de subsistência, uma fonte de recursos, uma área geopoliticamente estratégica, como uma unidade político administrativa etc.; porém, também [...] paisagem, beleza natural, entorno ecológico, como objeto de apego afetivo, a terra natal, como lugar de inscrição de um passado histórico e de uma memória coletiva’”. (idem)

Segundo Maria Adélia Aparecida, para Milton Santos:

⁶ UNESCO. *World culture report 2000*. Paris: Unesco, 2000.

“(...) o lugar é o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns.

As solidariedades pressupõem coexistências no espaço geográfico. À partir do território e dos lugares, está sendo gestado um novo tempo que Milton Santos chegou a denominar de período popular da história. Este período se caracteriza pelo processo de resistência dos lugares às perversidades impostas a ele pelo mundo.

O lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

(...) Mais uma vez, devemos insistir na relevância, hoje, do papel da ciência, da tecnologia e da informação. Tratando de território, não basta falar de mundialização ou globalização, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

O território Kalunga, portanto é também um espaço de produção de bens culturais e é esta produção que nos dá e embasa a concepção de territorialidade. Embora não registrados são bens culturais os saberes das populações Kalunga na sua relação com o cerrado, no uso das plantas para alimentos, construção, remédios e produção de carvão, e, nas práticas de suas crenças. “A territorialidade considera tanto as questões de ordem simbólico-cultural como também enfatiza o sentimento de pertencimento a um dado território.” (M. G. de Almeida)

A identidade cultural Kalunga vai dar sentido ao território e definir as territorialidades assim como aquele determinado espaço geográfico pelos seus traços e características naturais conformou parte da identidade Kalunga.

EM KALUNGA AS CERCAS TÊM VIDA PRÓPRIA E SE MOVEM AS AMEAÇAS E OS CONFLITOS

“Para os Kalunga, dois são os momentos de mudanças: 1942 – com a marcha para o oeste, que proporcionou a expansão para o norte do estado de Goiás, a ocupação dos espaços – e, 1960 – a mudança da capital federal para o território goiano, incrementando o sistema viário, as comunicações e o preço da terra. A frente pioneira e econômica vai estabelecendo-se. Montam-se empresas mineradoras⁷ e agropastoris. Os Kalunga, perplexos, assistem à invasão do seu território ancestral por todos os lados, pela Contenda ou Bom Jardim, Moleque ou Almas, ou ainda Ribeirão dos Bois. A instituição do grilo, a grilagem,⁸ intransquiliza a população há já duas décadas: 1970 – 1995”. (BAIOCCHI, 1996).

E hoje continuam as intimidações, ameaças e roubo das terras dos quilombolas.

Nada melhor do que uma descrição dada por quem acompanhou este longo período de conflitos e que inclusive ajudou a fundar a Associação Povo da Terra – APT que foi a primeira Associação dos quilombolas de Kalunga.

“Após ações do governo estadual (1985), por solicitação do Projeto Kalunga, intermediando a comunidade e a Lei do Sítio Histórico (1991), a situação na área modifica-se em parte, porém os empresários e fazendeiros continuam operando. A situação agrava-se com a pavimentação da BR-60, que veio promover o isolamento de alguns núcleos, facilitando as entradas e a devastação. Caso típico do Borrachudo, no município de Terezina de Goiás, onde as edificações foram derrubadas por trator no dia 2 de outubro de 1990. As estradas particulares ou municipais facilitaram o transito de estranhos no Sítio Histórico Kalunga. A instituição da grilagem devasta o território Kalunga, apesar da primeira titulação coletiva (1985) para o domínio das terras. Perdem territórios ancestrais usados para o remanejamento do gado no período da seca. Campo Grande e Jacuba. Os grileiros penetram no Vão do Moleque (1970) e no Vão de Almas (1974).

⁷ Até 1960 os processos protocolados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), perfaziam mais de duas dezenas, sendo que os principais são: Mineração Canabrava, Araguaia Metais, Nobres, Mineração Leão Dourado, Brumadinho, Mineração Brasileira Ltda., Salomão Mineração Ltda., Grupo Toniolo etc.

⁸ Usurpação de terras ocupadas por posseiros ou proprietários sem defesa.

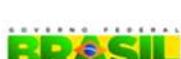
No Ribeirão dos Bois (1978), cometem-se atrocidades, invasões, despejos dos moradores, queimas de casa, sevícias e mortes físicas e psíquicas. Após a titulação das terras da margem direita do rio Paraná (1985), aumentam as invasões e pressões na população, culminando com o despejo coletivo de 600 pessoas. Essa população sobrevive com o apoio dos núcleos que não foram atingidos, garimpando e trabalhando para os fazendeiros da região de Terezina de Goiás, Alto Paraíso (na Chapada dos Veadeiros) e Monte Alegre, e tem se posicionado ininterruptamente através da Associação Povo da Terra - APT e de seus vereadores". (idem)

OS CONFLITOS COM OS FAZENDEIROS PROSSEGUEM

A fundação da Associação Povo da Terra em 1992 ocorreu graças à mobilização das mulheres que haviam se tornado lideranças dentro das comunidades. Dona Santina Deutrides Moreira foi escolhida como presidente. No estatuto da Associação estava previsto que a direção seria exercida por um conselho de representantes de todas as áreas do território Kalunga, junto com um conselho dos mais velhos, para preservar a autoridade que por tradição eles sempre tinham exercido na comunidade.

Mas com o passar do tempo começaram as divergências internas em cima de questões concretas como a possível construção de uma Hidroelétrica e uma estrada que iria de Monte Alegre até no Riachão. A hidroelétrica não foi construída porem a estrada sim. A Associação conseguiu 3 caminhões e 3 caminhonetes para servir várias áreas de Kalunga. Esse transporte, claro, facilitou o acesso à cidade, podia-se agora transportar os doentes e também trazer as compras, mas também ocasionou despesas com a manutenção e daí começaram as divergências, pois alguns não achavam correto que tivesse que sustentar essa manutenção pagando passagem para usar o transporte. A Associação também conseguiu que em todas as sedes dos municípios houvesse uma "Casa Kalunga" que possibilitaria a hospedagem dos quilombolas quando precisassem ir à cidade. Havia outros projetos que a Associação anunciou, mas não conseguiu implantar e se desgastou com isso.

"Além disso, quando os moradores do Vão do Moleque, Vão de Almas e Ribeirão dos Bois receberam a titulação de suas terras, surgiram algumas divergências sobre como devia atuar uma associação dos moradores do Kalunga. Por isso acabou sendo criada em 2000 outra associação, além da antiga Associação Povo da Terra. É a Associação Quilombo Kalunga, que tem sede em Monte Alegre e conta com apoio de moradores dos outros municípios.



Os desentendimentos entre as duas associações sobre as propostas de atuação às vezes tornam mais difíceis as relações entre as pessoas". (Uma História do Povo Kalunga).

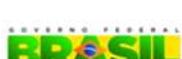
A história se repete mais uma vez. Grileiros se aproveitaram dos quilombolas usando de má fé, pois sabiam que estes não tinham a informação nem os conhecimentos e a organização necessárias na época para fazer frente à força dos que estavam chegando de fora usurpando os seus direitos. Na década de 80 e 90 alguns quilombolas venderam as terras, mesmo sem títulos de proprietários e os que ficaram se viram em uma nova conjuntura tendo que enfrentar a pressão dos fazendeiros que, se aproveitando do fato dos Kalungas não terem a documentação das terras, foram avançando suas cercas nas terras comunais dos quilombos.

A perda de áreas para a grilagem fez com que tenha havido uma migração nas últimas décadas para as cidades vizinhas, para Brasília e Goiânia e hoje os quilombolas têm que complementar a sua alimentação comprando produtos nos supermercados e vendas do entorno, o que tornou a vida mais difícil e acarretou uma maior perda de autonomia.

Preconceito e desrespeito - Na cidade há muito preconceito e desprezo com relação aos "calungueiros". As pessoas não conhecem nada da história deste povo têm uma imagem estereotipada dizem que são negros fugidos, ignorantes que não sabem falar direito, gente do mato etc. e muitos jovens quilombolas na ânsia de serem aceitos pelos da cidade acabam até negando a sua origem. Não há nada mais doloroso e que traga tanta quebra interior e psíquica e perda da autoestima do que isso

"Aprender a valorizar a história de luta do povo Kalunga, desde os tempos do quilombo. (...) Valorizar sua força de resistência, sua capacidade de sobrevivência. Seu conhecimento da natureza e seu modo de preservar a natureza para seus filhos e os filhos de seus filhos. Valorizar as tradições que conservam do passado e os valores de seus antepassados que transmitem às gerações futuras com seu modo de vida.

Valorizar a sabedoria desse modo de vida, que está baseado na solidariedade de todos para preservar a vida de cada um. Isto é o que quer dizer ser Kalunga. Isto é o que a calunga, plantinha humilde do cerrado, nos faz aprender. É preciso ter orgulho de ser Kalunga. É preciso aprender a ter orgulho do patrimônio cultural que o povo Kalunga preservou para todos os brasileiros. E é preciso aprender a lutar para que esse modo de vida não exclua os benefícios do progresso a que o povo Kalunga tem direito.



Quem é Kalunga está aprendendo como. Quem não é Kalunga precisa aprender e ajudar. Porque essa é uma luta comum de muitos e muitos negros, de todos os negros, e de todos os brasileiros". (Uma História do Povo Kalunga. MEC)

TEMPOS QUE MUDAM

Nos relatos dos mais velhos podemos constatar que o território Kalunga era muito rico em caça e peixe e a terra era então suficiente para prover todo o sustento dos que viviam ali.

“Não se conhecia ir comprar coisa “na rua”. Hoje todos vão ao armazém fazer compras o que significa que todos têm que ter dinheiro. “O ricos que antes matavam uma vaca para comer na cidade, lá davam para os pobres. Hoje, vendem a vaca, come ela de quilo, todinha, lá no açougue. Não dá um pedaço pra ninguém”.

Como disse um morador se referindo aos mais jovens: *“Abriu a estrada, veio o carro, quem é que quer ir mais a cavalo? Já achou bom, né? Aí é a opinião dos novos. Eles querem tudo é fácil, não querem carregar nem um pau de lenha daqui pra ali na cacunda. Então, eles é que mandam”.*

No entanto, enxergando mais longe, alguns lembram dos motivos das pessoas da Associação Povo da Terra, inclusive Dona Meire, para não querer que a estrada entrasse lá no Kalunga, pelo menos não tão depressa. Numa parte elas tinham razão, eles dizem. Porque ali as pessoas, mesmo se sentindo às vezes um pouco largadas, viviam ainda uma vida de sossego. E, depois da estrada, entra muito tormento. *“Entra coração que ninguém registra, sujeito maldoso, né? Ela estava certa. E a gente não sabe defender. Não tem estudo nenhum”.* (...) *“uma pessoa bruta igual eu, que não enxerga nada, vai defender do quê? Não defende de nada”.* (Uma história do Povo Kalunga. MEC)

Em relação à saúde os mais velhos comentam que no tempo antigo:

“todo mundo ali era mais sadio e morria era de velho, não adoecia. Dona Joana Torres, por exemplo, continua bem viva e saudável lá no Engenho, com os seus 102 anos! É que, naquele tempo, não se conheciam as doenças contagiosas que vieram depois. Hoje, já existe a estrada e já existe o transporte que permite sair com um doente. Mas não adianta, a

pessoa continua doente e não sara, até acabar morrendo". Muitos lembram que tratavam as doenças de outro modo no tempo antigo. E, apesar de parecer estranho, os remédios davam bom resultado. Naquele tempo, remédio de sarampo era lagartixa. A pessoa botava a água para ferver, pegava a lagartixa e jogava viva dentro da água quando já estava fervendo. Depois, tirava a lagartixa e bebia o caldo. Seu Simão conta que "fez esse remédio para o seu menino, que estava ruim, parado, não valia mais nada. Depois que bebeu, tossiu, tossiu e cuspiu um monte de escarro. Quando foi no outro dia, estava bom". E ele explica: "remédio de índio".

(...) Um morador antigo lembra que não havia doutor e as pessoas se tratavam ali mesmo, com um raizeiro, um curador. É, tinha aquelas pessoas. *"Minha avó mesmo, quando um caísse doente, ia correr atrás dela. Ela chegava, dava o remédio, acudia na hora. E hoje não. Mesmo podendo levar para o hospital, hoje a pessoa vai doente e volta doente, porque chega e não é atendida, no hospital sempre cheio de gente"*. Até no hospital de Brasília, que é o melhor da região, a pessoa chega lá e não adianta, porque só é atendida se tiver guia. Como diz o morador, *"doutor tem assim, aos montes, lá dentro, mas não adianta, com aquela finura esquisita. E, naquele tempo, não. já tinha o remedeiro nosso. Corria lá, ele vinha na hora, acudia"*. (idem)

Comentam que com a estrada chegaram também as doenças como o sarampo que baixou como uma epidemia, a malária que veio com os garimpeiros e matou muita gente e também vários insetos ruins que antes não existiam entraram no território depois da construção da estrada.

(...) Eles dizem que mesmo o gado hoje em dia adoce mais, de doenças que antes não se conheciam. Sabiam que existia, por exemplo, a febre aftosa, mas não conheciam uma doença que dá na orelha do animal por causa de carrapato. É por isso que agora é preciso vacinar até o gado e, se não vacinar, o que não vacinou virou prejuízo. Só que o gado vacinado, não tem doença e até engorda, mas fica fraco. Fica fraco até no osso, que deixa de ter tutano, conforme conta um velho morador. Diz que *"às vezes uma vaca pode estar cambaleando de tão doente e, se toma uma vacina, com três meses está gorda, pode matar. Mas a carne fica com uma gordura amarela, dura, e o osso não tem gordura nenhuma. De primeiro, se matasse uma vaca, cortasse o osso, cozinhasse, a gordura chegava a escorrer. Hoje é difícil. Vaca que engorda assim não presta. Engorda o muco, desse assim, do remédio. A gordura que engorda e tem sustância é*

a do pasto, do lombo do pasto. Mas o pasto mesmo fraqueou. Quando os fazendeiros começaram a grilagem das terras no Kalunga, eles invadiram muitas áreas que, desde o tempo dos antepassados, sempre tinham sido usadas como pastagens. Eram essas terras que permitiam fazer o rodízio do gado, ora naqueles pastos, ora nos outros, mais perto das casas. Isso também permitia que a terra descansasse e por isso o pasto era bom". Agora que são obrigados a utilizar áreas menores de pastagem, os moradores precisam compensar o pasto ruim com o sal que dão de comer ao gado. Antes, no Kalunga, sal era só remédio. 'Quando uma vaca adoecia, eles seguravam deitada no chão, despejavam o sal na boca e depois despejavam água por cima, para ela engolir. Tratavam assim o gado e ele engordava, com aquela gordura boa, da força do pasto. Agora o gado está gordo, mas é fraco. Toda hora o gado come sal e a gente come o sal que mina no corpo dele. O pessoal mesmo fraqueia'.

A fraqueza de que falam os moradores mais antigos tem para eles muitas causas, todas ligadas à produção dos alimentos, que vem decaindo no Kalunga. Na opinião deles as pessoas dali eram mais fortes, porque todo o alimento, tudo o que se consumia, era só dali mesmo. Hoje só não estão comprando na cidade a farinha. E, para a maioria isso trouxe uma sensação de desenvolvimento, não são mais obrigados a produzir os produtos para sua própria alimentação, no entanto, na opinião de outros isso trouxe outra dependência que é a da venda de sua força de trabalho para ganhar conseguir dinheiro para poder comprar tudo que precisam. Quando perguntados se acham que esta melhor hoje do que antigamente esses respondem que:

'Não está, uél Nunca! Daqui um tempo, quem não tiver emprego não vive. Porque o de casa não tem valor mais. Tudo é trazido de lá. O povo não está trabalhando mais cá. Deu aparência, né? (...) E depois, quando os fazendeiros de fora compraram as terras, ficou pior. Porque eles não dão nem trabalho de empreitada. Põem logo o trator para derrubar a mata e abrir roça. Desmarcham tudo, sem precisão. Então, agora, como é que o pobre pode ganhar o dinheiro?'" (ibdem)

Na verdade o que estes estão denunciando é a perda da autonomia.

“A maioria do povo Fica tudo com a cara pra riba, sem viver”.

Não há quase emprego para os quilombolas. Para trabalhar numa terra, a pessoa precisa assinar contrato. Ele já não planta nem tem sua criaçãozinha, não tem licença. E tudo isso é só para não criar direito, não criar posse.

... E é isso que os fazendeiros não deixam. Por isso alguns dos mais velhos dizem que, se hoje as pessoas não tratarem de estudar para arranjar emprego, daqui a uns tempos ninguém mais trabalha. Hoje, até vaqueiro, se não souber ler, não serve para vaqueiro, porque não pode assinar o contrato. E antigamente não tinha nada disso, não.

O que está mudando são as ideias das pessoas, são seus valores. O que as pessoas mais antigas percebem é isso. Hoje em dia, cada qual pensa só em si, cada qual quer saber só dos seus direitos, e a ideia de solidariedade de antigamente está sendo deixada para trás. ... Hoje, as pessoas pensam no lucro que vão ter em cada coisa que fazem. Porque é o dinheiro que vai cada vez mais mandando em tudo. Por isso a gente mais antiga não concorda quando muitos falam que hoje é melhor do que antigamente. Acham que não é verdade. Não porque sejam contrários à mudança, não. Todos eles dizem que muita coisa mudou para melhor O que dificulta é o rumo que algumas coisas vão tomando, a direção de certas mudanças. Isso é o que causa preocupação, porque estão vendo as consequências que elas podem trazer para o futuro. Uma dessas consequências é que, como sabem os mais velhos a pessoa que não tiver um emprego daqui a uns tempos não vai ter como viver”.

Isso os mais velhos sabem por que têm a lembrança de como eram as coisas no passado e podem perceber que estão deixando de fazer o que sabiam fazer e que lhes trazia o sustento com autonomia para ficarem dependentes de arrumar trabalho fora para poder comprar tudo nas vendas e mercados.

As Recomendações

“O grande desafio é buscar formas com as quais as relações já existentes com o mundo alheio à comunidade sejam economicamente viáveis, ecologicamente sustentáveis e culturalmente respeitadas”. ARANTES, M.M; ALMEIDA, M.G

Para que não precisassem arrumar trabalho fora para conseguir dinheiro, precisariam aproveitar melhor as coisas que são produzidas no Kalunga. Precisariam vender lá fora o que poderiam plantar ali, em vez de deixar de plantar para ir comprar lá fora. Só que hoje para que isso seja possível será necessário parar com as cercas que se movem “sozinhas”, fazer a desintrusão do território todo; recuperar as terras roubadas pelos grileiros e recuperá-las para o plantio através de tecnologias apropriadas já que o uso de máquinas parece não ser viável por causa do tipo de solo de fácil erosão. Este será um trabalho árduo, pois até o feijão já não dá mais, por causa das mudanças climáticas que causaram uma alteração no ciclo das chuvas. Essas mudanças são resultantes da devastação das matas do entorno do Kalunga que as madeireiras, as mineradoras e as companhias de carvão realizaram.

“Os mais velhos dizem que antes a chuva era temperada, porque às vezes a época do plantio tinha sol, mas já tinha chovido muito de novembro a janeiro e a terra estava fria. *“Agora só chove de manga. Não tem inverno de quinze, vinte dias. E, antigamente, invernava era o mês inteirimzim, inteirimzim invernava”*. Também a colheita do arroz fica prejudicada. Sem contar as pragas e a formiga que corta o broto quando o arroz está nascendo, também a chuva pode estragar a colheita. Porque, mesmo quando chove bem no começo do plantio, a chuva pode emendar de novembro e dezembro em diante. Aí ela faz barreiro, e a roça dá pouco”. (Uma História do Povo Kalunga. MEC)

Ao Ministério da Pesca e Aquicultura – Seria muito interessante se o Ministério construísse um programa específico para os quilombolas e que mandasse suas equipes regionais *in loco* para conversar com eles e ver o que gostariam de fazer e verificar as potencialidades no que diz respeito à pesca. Em Kalunga talvez seja possível a implantação da prática da aquicultura o que enriqueceria em muito a alimentação dos quilombolas. Os depoimentos dos quilombolas dão conta de que havia em Kalunga uma diversidade muito grande de peixes (lá tinha o piau, o jaú, o pacu, a traíra, o tucunaré, a tilápia, a vista-saia, o curimbatá, a bicuda, a corvina, a piaba, a piabanha, a

caboteira, o mandi, o mandibé, o mandi-boi, a papudinha, o taquete, dentre outros) e em abundância. Com a entrada de pescadores de fora e a falta do defeso, a pesca que se dava na raseira dos rios, perto das margens já não ocorre mais e segundo os quilombolas já não há mais tanto peixe quanto havia.

É preciso uma visita presencial dos técnicos nesse território e junto com a SENAES seria interessante a realização de um estudo de viabilidade de produção para comercialização. Sendo viável a aquicultura, os quilombolas precisarão aprender a criar os peixes, ter os equipamentos adequados, formação e em caso de geração de excedente a implantação da infraestrutura para a produção, transporte e comercialização da produção para o mercado mais próximo etc.

A SENAES e Ministério do Desenvolvimento Agrário - Quanto aos saberes tradicionais –

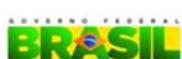
(...) É possível, sim, juntar o passado com o futuro, a tradição com a modernidade. É possível juntar a cultura e o modo de vida dos antepassados com as conquistas do mundo de hoje". (Uma História do Povo Kalunga. MEC)

Há ainda que se fazer um estudo sobre todos os saberes dessa população para ver se é possível resgatá-los para fins comerciais: os remédios produzidos a partir das plantas; a produção de cachaça e rapadura a partir da cana de açúcar; fumo; costura; cerâmicas; trabalhos em couro como a produção das bruacas e dos pandeiros; a produção de farinha de mandioca que sempre teve fama de ser ótima: "porque sempre se ouviu dizer por lá, nas cidades, que a melhor farinha que havia era a do calungueiro". (Uma História do Povo Kalunga. MEC).

A tradição da tecelagem em Kalunga; o uso de plantas como o urucum, o açafrão ou o anil para tingir os fios com que se faziam as cobertas. A tradição da produção dos trançados de fibras. Para pintar as peças de artesanato feitas a partir do buriti sabem usar o bredo. As plantas existentes no território Kalunga podem ser também usadas na indústria de alimentos como corantes naturais ou na indústria de tintas para trabalhos de arte e ainda na indústria de cosméticos para dar cor ao batom e às sombras para pintar os olhos.

Há ainda nas cachoeiras e nos rios da região Kalunga os argilitos. Minerais que podem ser usados para a produção de tintas com que os artistas pintam seus quadros.

Kalunga tem muitos recursos na natureza e o povo calunga tem muitos conhecimentos, técnicas de trabalho, cultura que devem ser mobilizados para que possam se apropriar



destes recursos com autonomia gerando etnodesenvolvimento para o território e contribuindo para o desenvolvimento da região.

Quanto a tecelagem que hoje está se perdendo porque quando os fazendeiros grilaram o território Kalunga e causaram uma grande devastação isso não afetou só o trato do gado com a perda de pastagens e os peixes com a pesca predatória, afetou também as terras boas para o plantio do algodão. Ficou muito mais difícil ter algodão bom para fazer o fio.

“É claro que as mulheres Kalunga ainda sabem pegar o floquinho branco do algodão, descaroçar, estirar, botar no pau do fuso e rodar, para fiar a linha. E, depois, os teares ainda estão lá, e as pessoas sabem fazer neles cobertas e redes. Dizem até que não dá trabalho, não. Mas, aos poucos, elas vão deixando de fazer, porque o algodão é pouco e não rende, pela má qualidade”. (ibdem)

Está difícil para a gente Kalunga conseguir hoje em dia o dinheiro que precisa para poder continuar comprando na cidade as coisas que não existem no Kalunga ou que lá já não se pode produzir.

(...) Com o correr do tempo, o povo Kalunga também veio a conhecer a utilidade de muitas plantas. Como a pindoba, com seus cocos que dão água, a tiborna, que serve para se fazer cola, o tingui, para fazer sabão. E aprendeu a conhecer as plantas que servem como remédio. A vassourinha, o mentrasto e a folha de manga, para dor de barriga. A negra-mina, a folha de laranja e o capim-de-cheiro, para a febre a gripe. A sucupira e a folha de limão, para dor de garganta ou, como dizem as crianças Kalunga, para quando se tem um espinho na goela. A cagaiteira, que corta a gripe. A bananeira, que tem resina para dor de dente e folhas que são boas para os rins e para curar dor de barriga. Ou a resina do jatobá que, batida com ovo, serve para tratar hérnia, ou rendidura, como diz o povo Kalunga”. (Uma História do Povo Kalunga. MEC)

E não é somente sobre as plantas que possuem vários saberes, conhecem todas as madeiras do cerrado e suas diferentes utilidades: quais são boas para o fabrico de moveis, as para os esteios das casas, as para o artesanato, para o entalhe, para a fabricação dos instrumentos etc.

Como já vimos há que se tomar muito cuidado para não trazer de fora projetos que criem diferenças internas em função de alguns passarem a ter bens que os outros não terão, pois isso provocará conflitos entre os kalungas e só os enfraquecerá.

Ministério do Turismo - O turismo pode se apresentar como uma excelente alternativa de geração de trabalho e renda, pois abre diferentes frentes (gastronomia, guias, trilhas, eventos que vão desde palestras à formação de calendário festivo, pousadas, venda de artesanato etc.) ou pode ser uma grande ameaça e desarticular não só a identidade dos quilombolas quanto a biodiversidade do território.

Quando o valor do patrimônio cultural passa a incorporar a dimensão econômica, que é competitiva e globalizada há que se ligar um alerta, pois os bens que integram esse patrimônio são coletivos, há o entendimento de que o Sítio é de todos, então como que os recursos gerados por este patrimônio podem ser embolsados somente por alguns quilombolas? Aqui começa a se esgarçarem as relações sociais construídas através de séculos de convívio comunitário.

Temos observado certo modismo entorno do etnoturismo e o que vimos é que sempre há um grupo de empreendedores, muitas vezes de uma mesma família, que levam a frente a ideia e acabam se beneficiando individualmente sem a socialização entre todos os moradores o que abre fendas com as inclusões e exclusões que essa atividade gerenciada desta maneira provoca no coletivo. Claro que é muito difícil que haja uma viabilidade econômica que possa incluir a todos, porém talvez a inclusão de uma pessoa de cada casa seja possível, enfim a lógica da mercantilização do patrimônio coletivo nas mãos de alguns não é um bom caminho e não gera etnodesenvolvimento. É preciso que haja uma reflexão profunda sobre os impactos do turismo nos territórios quilombolas e que se procure por novas formas coletivas de alternativa para a sua implantação. Em Kalunga outras comunidades têm potencial turístico e já têm grupos interessados em sua implantação. Sem dúvida há um grande potencial de geração de trabalho e renda no território através do turismo o problema é como se dará a apropriação coletiva destes rendimentos e a sua sustentabilidade em face ao território e o meio ambiente.

Ao Ministério da Justiça através da Secretaria de Direitos Humanos – Como demonstramos ao longo deste trabalho nas comunidades pesquisadas esta havendo violação de diversos direitos e o apoio do Ministério e, em especial, da Secretaria de Direitos Humanos é imprescindível para que esta situação seja superada.

Este relatório com denuncia da violação dos direitos humanos deverá ser enviado para a Corte Internacional dos Direitos Humanos e para a Corte Interamericana dos Direitos Humanos também.

Às Universidades – Maior engajamento do ensino, pesquisa e da extensão de forma interdisciplinar nos problemas, programas e projetos voltados para as comunidades quilombolas de Kalunga.

Elaboração de projeto de forma participativa e dialógica para construção de unidades de embalamento (packing house) nos territórios com assessoria técnica na implantação da Unidade, na organização da produção e na comercialização dos produtos oriundos do Quilombo.

- Elaboração de pesquisa sobre possível demanda dos produtos da agricultura familiar quilombola nos mercados institucionais (PAA, PNAE etc.) e nos mercados locais e regional.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR que haja uma maior articulação com a SENAES para a construção e implantação de políticas públicas coordenadas, complementares e concatenadas no território. Atualmente 11 ministérios compõem o comitê gestor coordenado pela SEPPIR.

O Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007 dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola – PBQ. Integram o comitê gestor: 1. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR); 2. Casa Civil da Presidência da República (CC/PR); 3. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); 4. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; 5. Ministério da Cultura - MinC e Fundação Cultural Palmares – FCP; 6. Ministério das Cidades; 7. Ministério da Educação – MEC; 8. Ministério da Saúde - MS e Fundação Nacional de Saúde – FUNASA; 9. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; 10. Ministério da Integração Nacional – MIN; 11. Ministério de Minas e Energia – MME.

Esperamos que todos tenham acesso a este relatório e que o relatório possa contribuir para a construção de uma política pública para o território que leve em consideração a pesquisa realizada pelos quilombolas de Kalunga e de mais 4 territórios.

Ao BNDES – que abra as portas para as associações quilombolas para financiamento de equipamentos a fundo perdido e para a construção de um ou mais centros de referência e de convívio (que sirva também para as festas e reuniões dos quilombolas) no território de Kalunga com espaço também para estocagem, beneficiamento e embalagem de alimentos e espaço para guardar os equipamentos de uso coletivo. É necessário um estudo de logística no território para se verificar a melhor localização para estes centros.



A CELG – Que no seu programa de Eficiência Energética incorpore todas as comunidades de Kalunga e realize junto com as Associações locais um projeto piloto de agroecologia debatido com os quilombolas.

À Secretaria de Educação – A falta de escola de segundo grau e/ou profissionalizante perto constitui um dos principais problemas para os pais de Kalunga. Essa é uma das reivindicações mais fortes porque se houvesse uma escola seus filhos aprenderiam no território mesmo, evitando os perigos da cidade e as despesas que os pais têm de enfrentar para manter os filhos estudando fora. E quando se formassem poderiam reverter seus conhecimentos para o etnodesenvolvimento do seu próprio território.

À Superintendência Regional do INCRA em Goiás recomenda-se:

Repassa com o máximo de urgência todas as informações sobre a tramitação e situação atual do processo de desintrusão. E tome as devidas providências para a sua realização.

Ao Ministério da Saúde recomenda-se

- que determine à FUNASA a implantação de saneamento básico nas comunidades quilombolas bem como do Programa de Saúde da Família que atendam de maneira efetiva a necessidade das famílias que vivem em Kalunga.
- que garanta recursos para que a FUNASA possa executar de forma adequada o trabalho nas comunidades quilombolas

À FUNASA se recomenda o empenho em implantar saneamento ambiental básico nas comunidades do Kalunga bem como constituir equipes de atendimento à saúde que contemplam os quilombolas.

- que seja feito um diagnóstico nutricional das Comunidades.

Ao Ministério do Trabalho e Emprego – Há a necessidade de formação para a agricultura, mas também para várias outras profissões e não há porta aberta para a formação desses profissionais, portanto recomendamos que o Ministério abra acesso à educação profissional no âmbito do Programa de Qualificação Profissional através do FAT com um viés específico para possibilitar a inclusão dos jovens destas comunidades.

Recomendamos também que seja criada uma “bolsa trabalho”, pois uma escolaridade inferior a 9 anos de estudo é insuficiente para garantir uma formação mínima para depois conseguir garantir a reprodução da vida de forma digna. Essa bolsa visaria o pagamento de um salário mínimo por trabalhos a serem realizados na prestação de serviços à comunidade em regime de meio período com a obrigatoriedade de retorno ao ensino fundamental e uma formação técnica profissionalizante posteriormente. As possíveis fontes de recursos para a implantação desta bolsa seria o próprio FAT, o Orçamento dos estados e o BNDES.



Observação: Com as mudanças ocorridas recentemente no capitalismo mundial (novas tecnologias, a globalização, reestruturação produtiva e a crise internacional) qualquer plano de qualificação profissional deve se basear no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que abram as possibilidades criativas, que ampliem a visão crítica sobre as conjunturas e o mundo e construa a habilidade de quebrar paradigmas e que, portanto, reforce a possibilidade de aprender a aprender a questionar e criar novas alternativas.

Implantar Programa de Formação de Monitores Etnoagroecológicos talvez em parceria com o MDA, MPA, SENAES e a rede ASPTA. Uma proposta para debate:

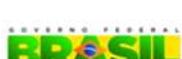
- Programa modular – 5 módulos – 24 horas / modulo – a ser realizado no Centro de Referencia Quilombola ao longo do ano agrícola – Professores: técnicos da rede ASPTA e professores nativos especialistas da comunidade
- Temário: História da agricultura – A formação social do território de Kalunga e dos quilombos em geral – Agricultura Quilombola – Direitos étnicos e territoriais de povos e comunidades tradicionais – Uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade – Uso manejo e conservação dos solos – Manejo e controle agroecológico de pragas e doenças na agropecuária – Criação de animais e peixes – beneficiamento e comercialização da produção.

Ao Governo do Estado de Goiás é recomendado:

- atuar no sentido de punir os atos dos que violarem os direitos dos quilombolas de Kalunga;
- o Governo do Estado deve assegurar a integridade física das famílias de Kalunga. Qualquer situação que coloque em risco a segurança (inclusive de seus direitos sobre as terras e a garantia destas para o plantio para sua sobrevivência) destas o Estado será responsável;
- que seja elaborado um plano pedagógico nas escolas do território, considerando as diferenças culturais, inclusive contemplando a contratação de professores quilombolas bem como a implantação de uma escola de ensino médio e profissionalizante;
- sejam incorporadas e garantidas as especificidades das comunidades quilombolas na execução da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

- Que seja assegurada na composição do CONSEA/GO a representatividade das comunidades quilombolas, inclusive com alocação de recursos para garantir a participação dos mesmos nas plenárias.



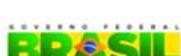
- que o CONSEA faça esforços junto aos órgãos de governo para que estes incorporem e garantam as especificidades das comunidades quilombolas na execução da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Aos governos municipais recomenda-se que:

- promovam a imediata regularização no atendimento à saúde das comunidades quilombolas de Kalunga, através das equipes do Programa Saúde da Família que contemple a participação dos quilombolas com seus saberes e práticas tradicionais e saúde alternativa. Bem como a construção de postos de saúde, fornecimento de medicamentos necessários, transporte em caso de urgência/emergência, justificando-se tal medida no fato de que recebem um aporte em dobro do repasse de recursos federais destinados à saúde por terem comunidades quilombolas em seus territórios.
- que, em conjunto com a Coordenação Regional da FUNASA em Goiás, promovam um sistema de saneamento básico.
- que seja elaborado um plano pedagógico nas escolas do território, considerando as diferenças culturais, inclusive contemplando a contratação de professores quilombolas.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE – O principal problema dos quilombolas apontado pela pesquisa é o da geração de trabalho e renda. Insistimos que a economia solidária seria a maneira mais eficaz de produção para os empreendimentos quilombolas e a mais adequada a sua história e cultura, no entanto vamos repetir aqui o que já dissemos ao longo deste relatório: a Economia Solidaria necessita que haja o que Gabriel Kraychete chamou de **ambiência**, isto é,

“(...) ações convergentes e complementares de múltiplas instituições e iniciativas das organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais, sindicatos etc. comprometidas com um processo de transformação social. Não é uma questão técnica ou estritamente econômica, mas essencialmente política. Não são iniciativas pontuais, localizadas, compensatórias, dependentes de recursos residuais ou da benevolência empresarial tida como socialmente responsável que produzirão a sustentabilidade dos



empreendimentos de ES, mas sim ações políticas **organizadas, amplas e concatenadas**⁹ nos territórios". (KRAYCHETE, 2009)

O Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária faz parte do Programa Brasil Local da SENAES e por isso mesmo esperamos que um dos papéis fundamentais da SENAES seja que seus quadros exerçam o papel de articuladores das políticas públicas necessárias para o etnodesenvolvimento dos territórios quilombolas. Como organizar empreendimentos agroecológicos sustentáveis aonde não chega água, saneamento, estradas, onde a terra não está garantida e a violência dos fazendeiros, da especulação imobiliária e das empresas multinacionais se expressa em conflito aberto a qualquer hora? São territórios rurais que não possuem assistência técnica, aonde não existem meios de produção minimamente capazes de gerar uma produção com excedente significativo para o mercado da agroecologia e onde não há transporte para escoar essa produção caso venha a acontecer. Os quilombolas precisam de formação técnica para melhorar a sua produção seja agrícola seja artesanal ou de serviços. A formação em gestão é fundamental ... Enfim, são muitos os pontos e se não houver um órgão que cumpra o papel de articulador das ações necessárias para desembocar em cadeias produtivas organizadas e nas redes necessárias ao etnodesenvolvimento, talvez até se consiga com apoios pontuais melhorar um pouco as condições de vida atuais, mas não teremos empreendimentos sustentáveis e gerando uma renda que permita uma vida digna aos produtores quilombolas. **A Economia solidária depende de aportes econômicos e sociais que ainda não são reproduzíveis no seu interior, portanto sua viabilidade só ocorrerá mediante uma ação convergente e complementar de diferentes atores e iniciativas que operam no campo político, econômico, social, tecnológico, educacional, cultural e também organizativo, ideológico e psicológico. Consequentemente, envolve os governos, os ministérios, as secretarias estaduais e municipais, as ONGs, as universidades, as igrejas, as redes sociais na internet, os sindicatos, a OAB etc.**

Como disse Gabriel Kraychete em texto para o seminário *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*, (Mimeo, nov. 1999)

"(...) mesmo de forma ainda incipiente, a percepção do mercado pelos movimentos sociais como uma realidade simultaneamente econômica e social, contesta a visão liberal do mercado como um regulador sem reguladores e aponta para a resistência e proposições, desde o interior da *economia de mercado*, contra a exclusão imposta pela ordem capitalista, e instigam uma *redescoberta cidadã* do

⁹ Grifo nosso.

trabalho, com as consequentes implicações políticas, econômicas e sociais. Deve estar claro que não se trata de idealizar valores e práticas existentes no âmbito popular, nem da criação de uma ilusória economia alternativa, ou de coisa feita para pobre, pequenininha, precária ou compensatória, mas de intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia”.

No mundo, a partir das mudanças provocadas pela globalização acelerada, pelas novas tecnologias (robótica, internet etc.) e pela reestruturação produtiva e agora com a crise internacional, “a reprodução da vida de parcelas crescentes da população mundial passou a depender em maior escala de uma economia que se alimenta de inúmeras atividades realizadas de forma individual, familiar ou associativa”. (idem)

As comunidades quilombolas ainda possuem um elevado índice interno de cooperação, solidariedade, produção familiar e um elevado poder de organização e a formação de cooperativas e associações populares é uma das alternativas mais poderosas e mais adequadas à cultura quilombola para o etnodesenvolvimento. Porém, as comunidades quilombolas necessitam de incentivos e apoio de políticas públicas que as tornem detentoras de mecanismos desenvolvidos de maneira endógena e com autonomia. Sem os recursos adequados esta tarefa de realização do etnodesenvolvimento se torna impossível.

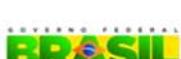
Claro que um dos gargalos é o financeiro. Daí que é preciso sensibilizar o BNDES para apoiar as comunidades quilombolas e também, quando houver as condições internas necessárias, a implantação do BANCO COMUNITÁRIO¹⁰ e/ou da

¹⁰ **Banco Comunitário** Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares.

Principais Características

A própria comunidade decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária; Atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante local; Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; Apoia os empreendimentos com estratégia de comercialização como: feiras, lojas solidárias, central de comercialização, etc.; Atua em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão e desigualdade social;

O Banco Comunitário é de propriedade da comunidade e é gerido por uma organização da sociedade civil (ex. Associação Quilombola ou a Federação Quilombola). Além da entidade gestora, é necessário que exista, ou que seja formado, um conselho local que faça a controladoria social do Banco. Esse conselho deverá ser constituído por representantes de diversas organizações/associações/ instituições da sociedade civil, formais ou informais. Gestores públicos também podem participar. No seminário de



cooperativa regional de crédito com a finalidade principal de fornecer aportes para capital de giro quando precisarem é um instrumento interessante. Não deverá haver nenhum empréstimo sem que haja formação técnica gerencial e acompanhamento durante todo o período da operação de crédito. Os recursos deveriam vir do BNDES, de agências internacionais e do Banco do Brasil.

Outro gargalo é a falta de equipamentos e instalações coletivas para as cooperativas. Aqui o aporte financeiro é maior, portanto não seria através do Banco Comunitário ou da cooperativa regional. Para a superação deste gargalo deveria haver um financiamento específico para os territórios quilombolas a fundo perdido pelo BNDES que exigiria propostas dos empreendimentos solidários apresentando um plano de viabilidade econômica. O Banco deveria também fornecer quadros para auxiliar a construção dessas propostas.

Hoje os quilombolas de Kalunga através do Censo conhecem bem a sua realidade e debateram sobre seus problemas.

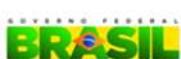
Sugerimos que todas as comunidades através das suas associações elaborem um projeto de estruturação de um Centro de Formação e um Programa de Formação para o território que contemple o desenvolvimento de: quintais, roças, hortas e pastagens agroecológicas; controle agroecológico de pragas e doenças – homeopatia agrícola e veterinária; identificação, armazenamento, produção e distribuição de sementes crioulas; criação de animais (aves, suínos e bovinos) beneficiamento e comercialização local e regional da produção agropecuária e extrativista conforme foi indicado em outros territórios. A fase agora é a de realização do plano, elaboração de propostas de intensificação da produção e acesso aos mercados tendo em vista as demandas dos mercados locais e regional – priorizando grupos de mulheres e de jovens quilombolas.

Elaboração de design de embalagens, etiquetas e marca (selo) para produtos oriundos do território de Kalunga.

Um estudo sobre a viabilidade econômica de produtos que partam do acúmulo dos saberes tradicionais de Kalunga como citados mais acima.

Esperamos que com estas intervenções públicas haja o fortalecimento da cidadania para que a sociedade civil brasileira através de suas organizações venha um dia a impor os direitos sociais como princípios reguladores e mecanismos de aferição dos resultados da economia.

planejamento do Banco Comunitário são eleitas as entidades e instituições que devem compor o conselho local. Fundamental também é definir as atribuições do conselho, inclusive definir se ele é deliberativo ou consultivo. (Fonte: www.bancopalmas.org.br)





COPPETEC
FUNDACAO



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária

Trabalho
Ministério do Trabalho e Emprego



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Geralda de. TERRITÓRIOS DE QUILOMBOLAS: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Ateliê Geográfico**, [S.I.], v. 4, n. 1, dez. 2011. ISSN 1982-1956. Disponível em: <http://revistas.ufg.br/index.php/atelié/article/view/16682>.

_____. Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados: os Kalunga de Goiás. In: *Cerrados Perspectivas e Olhares*. PELÁ, M. C. H; CASTILHO, D. Goiânia. Ed. Vieira. 2010.(b)

ARANTES, M. M.; ALMEIDA, M. G. de. **O saber fazer do povo Kalunga na conservação da biodiversidade do Cerrado em Goiás (Brasil)**. PDF
www.prp.ueg.br/revista/index.php/elisee/article/download/1291/699
Última visita: 19/08/13

AVELAR, Gilmar Alves de; **PAULA**, Marise Vicente. **Comunidade Kalunga: Trabalho e Cultura em Terra de Negro**. Em <http://www.uff.br/peteconomia/pages/textospage/literatura/revistageographia/kalungagilmaremariseframe004.htm>

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Relatório Técnico Científico para Demarcação do Sítio Histórico**. UFG, 1990.

_____. **Kalunga – A Sagrada Terra**. Comunicação à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Educacao/MiltonSantos.htm

Entrevista com Milton Santos:

http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Educacao/MiltonSantos.htm

GIMÉNEZ, G. Território, cultura e identidades. La región sociocultural. In: BARBERO, J. M.; ROCHE, F.L.; ROBLEDO, A.(eds) *Cultura y Región*- Bogotá: Ces/ Universidad Nacional /Ministerio de Cultura, 2000. p. 87-132.

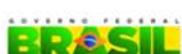
Kalunga do Vão do Moleque: uma comunidade amedrontada (2009) - <http://www.palmares.gov.br/2009/06/kalunga-do-vao-do-moleque-uma-comunidade-amedrontada/>



COPPETEC
FUNDACAO



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



KARASCH, Mary. 1996. *Os quilombos do ouro na capitania de Goiás*. In: REIS, J. J.; GOMES, E dos S. *Liberdade por um fio - história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Pp. 240-263.

RODRIGUEZ, Maria Helena. *Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais: uma experiência de exigibilidade dos DhESCA*. Rio de Janeiro: Plataforma DhESCA Brasil, 2007. Hptt://www.dhescbrasil.org.br

SILVA, Ana Van Meegen. 1999. *Identidade Étnica de uma comunidade remanescente de quilombos*. 102 f. Monografia de conclusão de Curso. Universiteit em Amsterdam-Holanda, 1999. Disponível em: < A.v.Meegen@ubvu.vu.nl >

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. In *Territorio, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

<http://www.scribd.com/doc/4799802/o-retorno-do-territorio-milton-santos-clacso>

Uma história do povo kalunga / Secretaria de Educação Fundamental - MEC; SEF, 2001

http://www.odonto.ufg.br/uploads/133/original_Historia_do_povo_Kalunga_MEC.pdf

(Acesso em 18 de agosto de 2013)

VEIGA, Sandra Mayrink; TEIXEIRA, Marina Sidrim. Introdução à pesquisa-ação: pesquisa qualitativa, pesquisa quantitativa. O questionário do censo quilombola, os instrumentos da pesquisa qualitativa. O Censo Quilombola.
www.quilombosrurais.org.br



